

SOCIEDADE GLOBAL, CIDADE GLOBAL, UM MUNDO SÓ: UMA DISCUSSÃO DA GLOBALIZAÇÃO

*Speridião Faissol**

*Cláudia Cerqueira Lopes***

*Evanelza Mesquita Sabino****

*Sônia da Silva Vidal****

*Luciana Siva Correia****

Introdução

O propósito deste artigo é o de discutir a questão da *globalização/distintividades* (capítulo: A Globalização e as Distintividades: Difusão e Interação em Escola Universal; a Sociedade global) em suas múltiplas particularidades, especialmente no bojo da questão da Sociedade Global; trata-se de um processo interdependente e simultâneo de ação e reação, nas relações entre países, que é de natureza econômico-política e cultural; neste processo se inserem ainda as questões de Poder (capítulo: O Poder e as Relações de Poder: População e Território; A Cidade Global Transacional: a concentração de atividade), pois desenvolvimento e capacidade de barganha são um exercício de Poder; soberania é seu conceito principal e Território com seu

conteúdo de população e recursos são seu âmbito formal. De fato o processo é interempresarial e os países entram como intervenientes, mas em certa medida como reguladores.

A dificuldade em descrever os dois processos de forma adequada advém do fato de que neles se misturam e se combinam ações e reações a nível de governos e de empresas nacionais e multinacionais, que nem sempre são muito coerentes, as nacionais com as multinacionais de seu país de origem; ao contrário são às vezes conflitantes.

Embora estejamos falando de globalização a nível de países e economias inteiras, na verdade trata-se de uma globalização de mercados produtores e consumidores, o que equivale a dizer que muitas empresas e mercados consumidores, estão parcial ou quase totalmente fora deste

processo e, o que é pior, muitas vezes, a reboque do mesmo.

Isto significa que este processo opera ao nível da Terra como um todo, mas suas conseqüências se fazem sentir, benéficas ou maléficas, no espaço terrestre, nas mais diferentes escalas. É aí que reside o conceito de lugar, tanto o lugar onde a gente mora como o lugar onde a gente vive. Num sofremos as conseqüências, e produzimos os fatos da reação, mas no outro produzimos os fatos da ação.

O implícito é que a globalização é um processo universal e a fragmentação seria processos em níveis hierárquicos inferiores, por efeito de *distintividades* específicas - de alguma forma os **lugares** -, processos estes resultantes da operação da globalização sobre uma superfície espacial/territorial já desigual; na verdade o

* Professor Visitante de Geografia do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e Bolsista de Pesquisa do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

**Geógrafa e Bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq.

***Bolsistas de Iniciação Científica do CNPq.

que ocorre é uma refragmentação das áreas produtivas pelo efeito da globalização, diversificando-as; enquanto se processa uma homogeneização das áreas de consumo, segundo uma lógica de eficiência e flexibilidade no processo produtivo que diversifica o espaço e uma padronização nos hábitos de consumo que homogeneiza este mesmo espaço. As distintividades operam, também, tanto no processo produtivo via multinacionais, investimentos externos, modernização, etc., como no processo de distribuição e consumo de bens e serviços, via inovações nos hábitos de consumo.

Uma questão crítica é imaginar-se na medida em que estas *distintividades* são a própria *fragmentação* de que tanto se fala, sob a forma de uma superfície diferenciada gerada pelas reações à *globalização* ou se são resultado de um processo histórico que regionalizou, mas não fragmentou (no sentido de desintegrar) o espaço geográfico. Neste sentido, como salientamos acima, é que surge o conceito de lugar, o/ou o(s) oposto(s) da escala da globalização; por isso o conceito de lugar contém escalas diferenciadas, não apenas a escala cartográfica, mas a escala em que operam os processos de organização e/ou reorganização do espaço, que geram superfícies desiguais.

Maria Adélia de Souza¹ começa um artigo extremamente interessante e provocativo sobre as Geografias da desigualdade dizendo que *Os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que constituem, especialmente neste fim de século, geografia das desigualdades* (p.21). Este conceito tende mais para uma superfície já desigual e que se torna desigual de

forma diferente, com o passar da globalização por sobre ela.

Georges Benko aborda esta mesma questão: *Proponho-me a reconsiderar aqui a questão do desenvolvimento regional atendo-me mais particularmente, de um lado, ao puzzle atual constituído pela reaglomeração visível da produção e, de outro lado, a globalização dos fluxos econômicos. Penso que a economia mundial emergente pode ser considerada como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, cada vez mais dependente, apesar de tudo, das outras regiões* (p. 51)². O que equivale a dizer que o mosaico (por assim dizer fragmentado) existia anteriormente ao processo de globalização, e que este processo, ao rolar por sobre os diferentes espaços produtivos existentes, produz uma nova superfície, que é uma função simultânea do processo de globalização e do mosaico preexistente com seus interesses e valores.

Neste artigo estamos adotando um conceito de lugar que equivale ao de Estado/Nação, pois ele oscila, como sugerimos acima, entre as duas escalas do lugar onde a gente mora até o mundo onde a gente vive, que contém uma distância sociocultural muito grande. Aqui neste artigo é o Estado/Nação, mas em outras formas de análise ele será diferente. Voltaremos ao problema do lugar mais adiante, mas aqui o conceito mais importante é o da própria Nação-Estado, onde as *distintividades* são mais evidentes.

Este processo é particularmente centrado na urbanização em geral e na grande cidade em particular - as cidades mundiais; mas caminha,

naturalmente, para a Sociedade Global, para um Mundo só polarizado, multipolar ou unimultipolar, como querem alguns (capítulo: O Poder e as Relações de Poder: População e Território; A Cidade Global Transacional: a Concentração de Atividade).

A questão de Poder deriva, principalmente, das ligações com o complexo Território/Povo/Nação/Estado/Instituições - os instrumentos deste Poder (e por isso incluímos as Instituições) - fundamentais na caracterização da importância e do peso tanto das *distintividades* - como de seu outro lado, a *globalização*.

Quer dizer, a *globalização* é um processo que põe, uns em frente aos outros, países de diferentes hierarquias de poder, interesses multi e transnacionais de poderosas empresas e países de fraco poder de barganha; um elemento adicional de avaliação do Poder, no caso das empresas; é que uma empresa multinacional com sede nos Estados Unidos, por exemplo, tem maior poder de barganha que uma em igualdade de condições sediada na França, na Itália ou na Coreia. É, pois, um grande jogo de poder em que as *distintividades* e suas forças entram de forma particular, para produzir a *globalização* mais de acordo com seus interesses nacionais.

Quanto maior é o país - território e população - mais fortes tendem a ser as forças centrípetas, tanto a nível interno como externo³ que tornam a *globalização* mais possível, mas maior será, também, por outro lado, o peso de sua *distintividade*.

Mas esta *globalização* não é propriamente benéfica nem maléfica a ninguém, mas o fato é que muitas empresas se beneficiam (e conse-

¹ SOUZA, Maria Adélia de. Geografias da desigualdade. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 332p., p. 21-28.

² BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XIX. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 332p., p.51.

³ A idéia de forças centrípetas numa sociedade, favorecendo maior universalização pela diversificação socioeconômica e cultural, vem de G. K. Zipf (mais adiante) com sua teoria do Tamanho-Hierarquia das cidades (Rank-Size rule), embora tomada a nível nacional; num primeiro momento agem forças centrífugas, concentradoras e unificadoras; enquanto o processo alcança níveis mais elevados de desenvolvimento começam a funcionar as forças centrípetas, desconcentradoras; aqui parece-nos que se aplica o mesmo princípio, quando estas forças centrípetas concorrem para esta mesma universalização em nível de relações globais, sem que a relação seja, obviamente, linear e sem outras interferências.

qüentemente os países onde eles se localizam). Neste sentido Milton Santos observa que *uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns.*

*E é esta última situação que predomina em todo o mundo*⁴ (p. 19). É claro que não existem empresas "boazinhas" que se disponham a abrir mão de seus lucros em favor de ninguém, por isso a observação de Milton Santos é bem sugestiva.

Assim, no capítulo que se segue nos propomos a discutir a questão da globalização em suas relações não mais no contexto de visões mais estreitas de uma dependência a nível mais local, mas da dependência a um nível tão global, que muitas destas questões locais e nacionais passam a ser vistas como entraves ao uso mais eficiente destes mesmos recursos da Terra. É a Sociedade Global em que o âmbito da interação entre grupos Sociais é a Terra como um todo, sem fronteiras políticas ou com fronteiras políticas e Instituições que não impeçam a difusão do processo de aproveitamentos destes recursos, voltada apenas para o bem-estar da humanidade. Isto se a questão da compatibilização entre as crescentes demandas dos Estados e as necessidades do planeta compartilhado de Barbara Ward fosse fraternalmente considerada.

Neste contexto está inserido a idéia de um espaço Global, organizado sem a ótica regionalista, nacional e nacionalista, visando a apenas o arranjo

ótimo das interações entre áreas e mesmo entre países.

Um das mais importantes Instituições deste espaço Global é a idéia, o conceito e a função da cidade Mundial, seja a *World City* de Friedmann e Wolf⁵ ou a cidade transacional de Gottman - na verdade a cidade Primaz - de Mark Jefferson⁶. Mas o processo é global e o mecanismo principal é um sistema financeiro internacional; em outras palavras, a globalização, que tem seu quartel general nestas *World Cities* ou cidades Primazes onde se situa o coração do mundo financeiro.

É para as questões ligadas a esta *globalização* em geral e a sua contrapartida das *distintividades* que nos voltamos agora, para compreender a moldura em que ele desenvolve: uma Sociedade Global.

A Globalização e as Distintividades: Difusão e Interação em Escala Universal; a Sociedade global⁷

A *Sociedade Global* é um processo amplo de mudança do Mundo - difusão e interação em escala Universal - tanto em sua estrutura produtiva e de consumo, como em suas formas de ajustamento cultural e político, que põem em destaque e em contato os interesses da humanidade, em seu sentido idealístico, dos diferentes países em seus interesses nacionais, econômicos e culturais, e com as grandes empresas mundiais, multinacionais - uma nova forma de acumulação e de organização produtiva - também com seus interesses es-

pecíficos; e finalmente o capital internacional, às vezes interessado em investimentos produtivos nos diferentes recantos do mundo e muitas vezes voltado apenas pelos lucros financeiros e especulativos.

Ela envolve pessoas, empresas e instituições, e seus comportamentos individuais e coletivos, e envolve nações e continentes; por isso ela é um processo amplo de mudança do Mundo. Ela envolve, particular e necessariamente, a estrutura produtiva global e nesta estrutura é que se processam as mudanças que mais afetam interesses nacionais de todos os tipos; mas envolve a estrutura de consumo de toda a população do mundo e ao menos numa certa medida enriquece o país ou a economia globalizada; outra componente é simplesmente financeira e especulativa e não se localiza em nenhum lugar, nem tem um dono específico e não beneficia ninguém a não ser o próprio capital financeiro internacional. É a *globalização* mais global possível.

Por isso parece-nos importante fazer uma distinção - que às vezes não se faz -, entre *globalização/mundialização e internacionalização*;

- o primeiro - uma etapa da Sociedade Global - é um processo que pretende ultrapassar as barreiras das comunidades políticas nacionais, para gerar intercâmbio e produção a nível global e sem barreiras;
- o segundo é simplesmente um mecanismo de trocas entre sistemas nacionais, ainda que em ambos os casos, e em última instância, trata-se de um sistema de intercâmbio inter e às vezes intra-empresas.

É claro que as duas situações são *interdependentes*.

⁴ SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: ____ et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 1994. 342p., p. 15-22, 139.

⁵ FRIEDMANN, John, WOLFF, Goetz. *World city formation: an agenda for research and action*. Los Angeles: University of California, Graduate School of Architecture and Urban Planning, 1982 (Working paper, 3).

⁶ JEFFERSON, Mark. The law of the primate city. *Geographical Review*, New York, v.29, p. 226-232, 1939.

⁷ Alguns destes conceitos são discutidos, igualmente, em artigo na Revista Brasileira de Geografia, - "Organização territorial: desafio para o próximo milênio e/ou uma Geopolítica da população", ao qual voltaremos mais adiante (22).

A *internacionalização* é uma etapa, em que o comércio e a expansão do capital se fazem a partir de países e empresas de cada país, de que resultou um processo imperialista, mas é um processo nacional. Esta *internacionalização* gerou uma geopolítica de poder até militar e conquistas e imperialismos. A *mundialização/globalização* começa a partir das empresas multi e transnacionais em que a tomada de decisões se faz a nível mundial, sem consideração aos problemas nacionais de qualquer país, mas existem diferentes características do processo produtivo que levam a esta globalização, como veremos mais adiante, no capítulo seguinte. José Maria Vidal Villa observa que *Hoy el capitalismo está maduro para mundializar-se. Las fronteras nacionales siguen existiendo, pero lejos de ser un elemento necesario para asegurar la acumulacion de capital, están empezando a convertirse en un serio obstaculo*⁸.

A essência do que isto significa é a idéia de que uma empresa multinacional pode abrir ou fechar uma firma em um dado país, segundo seus próprios interesses e não segundo interesses nacionais de qualquer país. E isto mesmo no caso do capital produtivo, quanto mais no capital especulativo que pode deixar um país em questão de dias ou horas, como tem acontecido. O lucro passa a ser do capital multinacional, produtivo ou especulativo. Mas, por outro lado, existe uma certa relação - mal definida, mas clara - entre uma empresa multinacional de origem Norte - Americana, como já salientamos, a sua força político-econômica, respaldada pelos Estados Unidos, que lhe dão poder adicional, às vezes explícito. É que o capital aprecia a ajuda dos Poderes nacionais, mas não quando ele representa interesses específicos que podem contrariar a lógica da acumulação.

Por isso é importante destacar, neste momento, uma diferença fundamental a que voltaremos mais adiante: a globalização contém uma componente investimento de capital de risco, no processo produtivo, que pelo menos numa certa medida enriquece o país ou economia globalizada; outra componente é simplesmente financeira e especulativa, e não se localiza em nenhum lugar, nem tem um dono específico e não beneficia ninguém a não ser o próprio capital financeiro internacional.

Assim, a *globalização* propriamente dita resulta de um complexo jogo entre estes interesses nacionais de um ponto de vista estrito, que às vezes entram em choque uns com os outros e o ainda mais complexo sistema de multinacionais e grandes corporações financeiras, como veremos mais adiante. A *globalização* implica comércio entre empresas - embora se processe no contexto de sistemas legais nacionais regulatórios - e muito entre empresas multinacionais, mas com segmentos localizados em diferentes países.

É por isso que no processo de *globalização*, ao distinguirmos os países e as economias que globalizam e aqueles países e economias que são globalizadas (e tamanho do Território e da população tem muito a ver com isso, pelo que representa de Poder por traz de suas empresas), vemos que muitas destas economias são simplesmente incorporadas ao processo, um pouco sem direito de escolha, sempre que elas são dependentes de um conjunto de forças concentradoras e dos fatores mais simples de produção. Neste sentido fragmenta-se a superfície mundial, tanto entre economias globalizadoras e globalizadas, como preliminar para uma eventual nova superfície globalizada e já agora homogeneizada.

O processo de incorporação começa pelo lado econômico e a mais

longo prazo engloba os processos culturais mais complexos e que levam à Sociedade Global e à idéia de um Mundo Só (ver capítulo: O Poder e as Relações de poder: População e Território: A Cidade Global Transacional: a concentração de atividades), ambos os processos muito mais amplos que a globalização propriamente dita. Esta é a observação mais importante, que coloca a Sociedade Global como um processo mais amplo e a globalização como parte integrante do mesmo processo, mas mais limitado. A diferença é imprecisa, mas a essência das duas idéias é diferente, porque o Mundo Só sempre terá uma componente idealística. A Sociedade Global visa a obter uma superfície terrestre homogênea, mas não perversa, enquanto a globalização pode ter, porque as violenta sem violência, as superfícies que vai atingindo.

A primeira das origens do conceito de um Mundo Só é Cristã - na verdade ela é ecumênica em seu sentido de mais profundo humanismo e religiosidade - aquela religiosidade que tem um total comprometimento com a igualdade e fraternidade entre os seres humanos de todos os tipos. Mas este comprometimento em sua origem formal diz respeito às pessoas, e somente incorpora a idéia de países como consequência; por esta razão tem ficado vazio, como pregação idealístico-religiosa. Ademais de ser profundamente ideológica, contém uma componente idealista muito forte, emergente de líderes da humanidade como Jesus Cristo, Confúcio ou Ghandi, para apenas citar alguns, ainda que sem a idéia de compará-los.

Muitos líderes - além dos citados acima - lutaram por este ideal, porque lutaram contra os materialismos dos sistemas econômicos e políticos que os homens têm construído nestes últimos séculos. É curioso observar que Wendel Wilkie, um Vice-Presidente republicano dos Estados Uni-

⁸ VIDAL VILLA, José Maria. Mundialización de la economía vs estado centralista. In: BERZOSA, Carlos (Coord.). *La economía mundial en los 90*. Barcelona: D. L. Fuhem, 1994. p. 71-98.

dos de pouco depois da II Guerra e Henry Wallace outro Vice-Presidente, mas Democrata da era Roosevelt, defenderam intensamente a idéia de um Mundo Só, mais fraterno e muito mais cooperativo que competitivo, portanto mais na linha idealista dos que citamos acima. Estas posições surgiram como fruto da união mundial contra o Nazismo e da tentativa de uma nova união pela paz e fraternidade, e da própria criação da ONU, mas fracassaram e levaram o Mundo à polarização da Guerra Fria.

Mas a idéia da Nova Ordem mundial se desenvolve na mesma linha, ou pelo menos numa linha de diminuição de injustiças sociais, mas já aí ela incorpora a idéia entre países.

A segunda origem é bem mais recente e bem menos idealista - nem por isso menos ideológica -, e advém da concepção de que os nacionalismos de todo tipo têm contribuído para um uso ineficiente dos recursos da Terra. Mais particularmente as fronteiras políticas e as concepções do Mundo e dos recursos contidos nestas fronteiras têm tornado o custo do uso destes recursos mais caros e difíceis e por isso considerados ineficientes por muitos. Neste mundo de exacerbação tecnológica, de consumismo desenfreado, de competitividade sem limites, acaba-se convencido de que só a Terra, como um todo, pode ser o âmbito territorial adequado para explorações de seus recursos da forma mais eficiente.

Mas como Barbara Ward certa vez escreveu *Mankind has still found no organized system for reconciling the driving demands and ambitions of national statehood with the wider unities of a shared planet.*

Portanto, ainda não se conseguiu realizar o ideal de uma Sociedade Global e de um Mundo só. Na verdade as tentativas têm sido mais de unir e menos de unificar, como sugere Milton Santos⁹.

A dificuldade de achar um sistema que reconcilie as duas coisas reside na crença dos "globalizados" de que isto não se fará nunca respeitando pelo menos uma parcela das *driving demands of national statehood*, nem do ponto de vista econômico nem social, porque elas podem ser empecilhos a um total gerenciamento dos recursos da Terra como um todo, embora estes "globalizados" tenham menos força econômica e mesmo política que os grandes consórcios multinacionais, que são os grandes globalizadores.

Neste sentido José Maria Vidal Villa¹⁰ observa que *La mundialización surge de la propia evolución del capitalismo (centralización y concentración del capital a nivel mundial, acumulación a escala mundial) y es necesaria para sua ulterior desarrollo y expansion. Los Estados frenan este proceso. Tarde o temprano surgirá un conflicto entre los intereses del capital y la inercia de los Estados centralistas.*

Quem sabe por isso Otávio Ianni¹¹ sugere, neste particular, que *Cabe, pois, repensar o lugar e o tempo da sociedade nacional, começando por reconhecer que a globalização abala os seus significados empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos. A sociedade nacional, que tem sido o emblema do paradigma clássico das ciências sociais, está sendo recoberta ou redefinida pela Sociedade Global, o emblema do novo paradigma das ciências sociais* (p. 68). Milton

Santos vai um pouco mais longe (ou muito mais) quando diz que *Antes era o Estado, afinal que definia os lugares - de Colbert a Golbery - dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território*¹² (p.15). É bem verdade que ele mesmo faz a ressalva de que, assim como antes tudo não era território estatizado, hoje tudo não é estritamente transnacionalizado.

Mas o próprio Ianni vai mais longe em outro artigo¹³, quando afirma que *Quando visto em perspectiva ampla, de longa duração, o Estado-Nação logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Houve época em que se definia pela soberania, real ou almejada, ampla ou limitada. Nos tempos da sociedade global modifica-se mais uma vez, mas agora radicalmente. Pouco a pouco, ou de repente, transforma-se em província da Sociedade Global* (p.77). É isso, de alguma forma, que Milton Santos quis dizer com *É o uso do Território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social, em que caminhamos, ainda na expressão de Milton Santos, de uma antiga comunhão individual de lugares com o Universo à comunhão hoje global* em que de repente o Estado-Nação ou qualquer organização político-administrativa se transforma num transtorno à organização do espaço, como Vidal Villa sugeria, na citação linhas acima¹⁴. Mas nossa existência, ela mesma, só é possível porque existe

⁹ op. cit., p. 15-22, 139.

¹⁰ op. cit., p. 71-98.

¹¹ IANNI, Otávio. Nação e globalização. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 342p., p. 66-74.

¹² SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____, SOUZA, Maria Adelia de, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 332p., p. 15-20.

¹³ IANNI, Otávio. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adelia de, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 332p., p.77.

¹⁴ op. cit., p.71-98.

um Estado-Nação e que resposta damos a uma pergunta: Eu sou brasileiro e depois cidadão do mundo, ou eu sou cidadão do mundo e só depois disso é que sou brasileiro? Se a afirmativa de Milton de que: *A interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território*, onde estamos quando pensamos na nossa relação com o Território?

Creio que esta é a questão fundamental, pois a *globalização não é um processo homogêneo*, ao contrário ela fragmenta o espaço a nível global, para homogeneizá-lo em seguida na Sociedade Global. Ela fragmenta o espaço produtivo, como salientamos acima, e homogeneiza o espaço do consumo.

É este abalar dos seus significados de que fala Ianni - que são as *distintividades* das sociedades nacionais - que faz estas mesmas sociedades reiterarem e reafirmarem estas mesmas distintividades, para sobreviver como cultura. A *distintividade* é diferente do antigo isolacionismo, na medida em que ela implica apenas preservar interesses e valores nacionais, sem deixar de participar do processo de globalização. A *distintividade* é a casamata dos interesses, mas também dos valores de uma dada sociedade nacional.

É isto que faz os dois processos interdependentes e não excludentes, mas é isto que torna a compatibilização dos processos tão difícil, pois mesmo países como os Estados Unidos ou Japão, com grande número de multinacionais com sede neles, disputam interesses nacionais, pela via dos interesses de suas empresas. Um Presidente da General Motors, certa vez, afirmou que o que era bom para a General Motors era bom para os Estados Unidos.

A questão é que esta visão global sempre foi política, meio geopolítica

- numa certa medida imperialista-militar e agora o processo é econômico-cultural.

Preferimos usar, tanto naquele artigo citado¹⁵, como neste, a expressão *distintividade*, como Brian Berry sugere, e não fragmentação adotada por Milton Santos e muitos outros, porque o processo se afirma e se apóia na idéia de características culturais (nacionais-regionais distintivas), características estas que afetam a aceitação ou não de algumas situações geradas pela globalização, e que atingem interesses nacionais regionais importantes. Isto a nível nacional, pois parece-me que o conceito de Milton Santos é genérico e não, necessariamente, a nível do Estado-Nação. Sugerimos acima que as distintividades abaixo do nível nacional são diferentes e poderiam ser consideradas verdadeira regionalização subnacionais, como resultado da operação do processo de globalização, como se ele fosse filtrado pelas distintividades nacionais.

É por isso que estas *distintividades* são, então, menos um processo de fragmentação e mais de afirmação, um verdadeiro processo de reação à extensa e profunda padronização-homogeneização que a globalização acaba por impor à Sociedade, como veremos neste capítulo. É por isto que a própria área distinta não é fragmentada (a não ser por outros processos) e sim provavelmente construída de baixo para cima, embora segundo parâmetros de âmbito maior, como discutiremos neste texto. Em outras palavras, o padrão aparece fragmentado, porque as reações nacionais/regionais/locais à globalização são diferenciadas, mas pela razão de suas *distintividades* próprias.

A diferença essencial é que as distintividades são nacionais, embora tenham padrões genéricos de nature-

za político-cultural e econômica. Num outro plano o lugar onde a gente mora padece os efeitos perversos e nem sempre percebe os benefícios da globalização (ou os rejeita no plano cultural).

O que isto quer dizer ainda é que a idéia Estado-Nação gira, obviamente, muito ao redor do nacional, que é o que percebemos como realidade objetiva e que abrange um território, onde se exerce esta soberania; e gira tanto mais quando se considera que este Estado-Nação ainda é a própria base da organização da Sociedade mundial e gira muito tanto em termos de interesses como de valores; já a idéia de uma Sociedade Global transcende este nacional, daí seu caráter revolucionário.

Este é o sentido da expressão "mudança do mundo", pois implica mudar sentimentos que são fortes no espírito do indivíduo e na consciência coletiva. E isto bate de frente com sentimentos e interesses nacionais e/ou de hegemonias de todos os tipos, bem como nos conceitos clássicos das Ciências Sociais, como eles tem se desenvolvido desde longa data.

Este processo vem de bastante tempo e levará muito tempo para se concretizar; ele sofreu o impacto da grande recessão da década de 30, do refluxo político ideológico de antes da segunda Guerra, da segunda Guerra propriamente dita, das grandes crises surgidas ao longo do período da Guerra Fria, e deslançou finalmente após o colapso do sistema comunista ao longo da década de 80 e começo da de 90.

O período de excepcional prosperidade do pós-guerra ao começar a desintegrar-se, na verdade, a partir das décadas de 60/70 abriu o caminho para uma nova fase nas relações internacionais, forçando a abertura das economias nacionais. Gonzalez-Tablas¹⁶ observa que neste período

¹⁵ ORTEGA, Gabriela Uribe, LOPEZ, Silvana Levi de. Globalização e fragmentação: o papel da cultura e da informação. In: SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 342p., p. 172-187.

¹⁶ GONZALEZ-TABLAS. Angel Martinez. La articulación del centro de la economía mundial. In: BERZOSA, Carlos (Coord.). *La economía mundial en los 90*. Barcelona: D. L. Fuhem, 1994. p. 99-134.

“Esgotaram-se as fontes de produtividade, se reduziu a evolução e inclusive o nível dos salários reais, diminuiu a demanda de consumo, vacilou a inversão, diminuíram os benefícios das empresas, se derrubaram as bases do sistema monetário estabelecido (com a crise do petróleo, o grifo é nosso), oscilou brutalmente o preço do petróleo e se reduziu o crescimento do comércio exterior.” A solução seria, então, a retomada do comércio mundial em novas bases.

Naquele momento a economia americana começava a perder sua hegemonia incontestada e o sistema monetário internacional partia para práticas fluidas, com câmbios flutuantes e enormes acumulações de moeda e capital, que passaram a agir de forma indiscriminada sobre o próprio câmbio e sobre investimentos produtivos e de risco, ganhando em flexibilidade ao custo de aumentar a incerteza e os riscos. Veja-se o caso do México, tanto em 1982 como em 1994, que comentaremos mais adiante.

Quando mencionamos a difusão e interação em escala Universal estamos pensando na natureza do processo e não necessariamente no detalhe de estarem todos os países e povos e economias envolvidas por igual; veremos mais adiante que na verdade observamos verdadeiras escalas de intensidade, variando talvez com os níveis de desenvolvimento dos países e com as distâncias para os centros hegemônicos deste processo, uma função clássica da organização espacial em geral.

Queremos destacar aqui, entre muitos outros, dois fatores que tem contribuído decisivamente para a formação desta Sociedade Global e a materializando na cidade mundial e no processo de globalização:

a) O primeiro é a rapidez com que os homens e as empresas se colocam em contato quase instantâneo uns com os outros; contato cultural, contato pela via do sistema financeiro e seus objetivos gerais e particulares (especialmente de seu segmento especula-

tivo), contato pela via da difusão de inovações e pela interação em todos os sentidos, entre pessoas, países e culturas. Esta rapidez ocorre também na criação e na difusão de inovações de todo tipo, e na qualidade do produto, de tal modo que o tempo decorrido entre a criação da inovação e sua obsolescência ou substituição é, também, muito curto; isto teve consequências nos processos de produção em massa e economias de escala correspondentes, levando de roldão os *fordismos e taylorismos* e processos conexos, pois o importante não é mais a quantidade e a rapidez da produção, mas sim a rapidez da inovação e da qualidade tecnológica do produto, sem prejuízo da competitividade.

Este processo é hoje tão intenso que quase que se pode dizer, como o comentarista econômico Joelmir Betting, na edição de *O Globo* de 25 de março de 1995, que *A economia da informação faz algo mais que estimular a “rationale” econômica das empresas e dos países. Ela transfere o poder econômico dos possuidores do capital para os detentores do conhecimento.*

Este mesmo comentarista na edição do *O Globo* de 27 de julho de 1995 comenta que *a globalização da economia não foi projetada pelas empresas nem desejada pelos governos. Ela simplesmente aconteceu, quase da noite para o dia. Autor da façanha: a tecnologia da informação virtual, que dá a volta ao mundo em um segundo.* E logo a seguir citando Christopher Bartlett, da Universidade de Harvard e consultor internacional para numerosas grandes multinacionais: *Na economia globalizada não é mais o grande que engole o pequeno. O grande tornou-se parceiro do pequeno. Agora é o veloz que devora o lerdo. O veloz de qualquer tamanho pode destruir o lerdo de qualquer tamanho.*

Na verdade, este processo é, também, o que Brian Berry chama de a etapa *thoughtware* da modernização econômica, em que o Poder

econômico já havia substituído (embora desse apoio material) o poder militar; agora é o conhecimento - o *thoughtware* de Berry, por comparação com *Hardware* e *Software* da linguagem computacional - que é a nova fonte de Poder. Não se trata apenas do conhecimento, mas do conhecimento posto em linguagem do computador, que digitaliza e universaliza este conhecimento. A simulação, que há duas ou três décadas era um exercício intelectual de cientistas sociais quantitativistas, é hoje o instrumento mais poderoso de tomada de decisões em todos os níveis.

É claro que, afinal, por muito poder que tenha esta *thoughtware* ela estará a serviço dos detentores do capital - financeiro ou não - e cujo objetivo final é o lucro para estes detentores do capital. Na verdade, estes grandes detentores de capital - países, multinacionais e instituições financeiras, privadas ou internacionais - constituem um Poder à parte e desafiam, às vezes, países com menor poder econômico, poder econômico este difícil de controlar, pois seus donos estão difusos pelo mundo e sua direção é profissionalizada.

O foco de contatos e de difusão são as cidades mundiais e seu campo de interação é o mundo todo e ele não tem e não respeita nem fronteiras, linguas, religiões e culturas em geral.

Neste caso - a rapidez dos contatos - os meios de comunicação, desde a comunicação individual até aquelas de grupos e circuitos fechados e a comunicação em massa (rádio e televisão), estão transformando as sociedades isoladas aqui e acolá em uma grande Sociedade Global.

A difusão de informações, e com ela hábitos culturais de todos os tipos, desde formas de conversação e expressões idiomáticas, verdadeiros novos dialetos universais, está atingindo proporções gigantescas e envolvendo quase toda a população mundial, com transmissões e traduções ao vivo de tudo que acontece e

se produz. É a difusão e interação a nível universal, que a intensa urbanização facilita e até mesmo incentiva.

O urbano é hoje um modo de vida e já não é mais nacional, diferente e mais homogeneizado que os modos de vida do século passado, por exemplo. Na metrópole é ainda mais diferente e variado e na grande cidade mundial as funções mais universais são encontradas (ver Friedmann e Wolf)¹⁷, especialmente no setor financeiro. Educação superior, saúde, lazer de todos os tipos, vícios, prostituição, homossexualismo, drogas, violência, crime, se combinam numa mistura de todas as virtudes e mazelas da espécie humana, que fazem as grandes metrópoles mundiais atrativas para gente de todo o mundo e de todo tipo. Mas conscientiza sua população de todas estas comodidades e como a extensão da pobreza urbana é muito grande e impede o acesso às mesmas, o sentido de frustração e inconformidade - uma espécie de "inconformidade consentida e contida" - é, também, muito grande. Nunca os movimentos sociais têm sido tão intensos e disseminados como neste final de Século XX. É aquilo que mencionamos e que Milton Santos sempre enfatiza: é no lugar onde a gente mora que sentimos o peso dos interesses da globalização com seus efeitos perversos, sem nos darmos conta muito dos benefícios que ela também produz.

As pessoas e as coletividades enfrentam esta massa publicitária de forma quase indefesa, e muitas vezes nem se dão conta de que estão mudando seu modo de ser de forma drástica e irreversível. Nestes últimos trinta ou quarenta anos estamos assistindo a mudanças enormes nas estruturas sociais, que vão da liberdade sexual da década de 60, e com ela mudanças na força de trabalho feminina, até mudanças radicais nos hábitos alimentares (*Hamburgers, Pizzas, Colas*, e

uma infinidade de modelos de *fast-food* e bebidas que se encontram), por sobre os hábitos culturais de chineses, russos, europeus, latino-americanos, que hoje consomem em massa aquelas guloseimas.

Esta revolução nos hábitos alimentares é acompanhada por outra no vestuário, com as minissaias, os *jeans*, os tênis e os patins de todos os tipos e outra multidão de peças de vestuário e calçados, que mudaram a face (literalmente) do homem e da mulher deste último quartel do Século XX. Mas estas mudanças não estão ocorrendo somente na superfície dos hábitos culturais e estão atingindo alguns aspectos fundamentais nas formas de vida, como temos procurado indicar. Elas também não se processam de forma irrestrita, pois a aceitação da inovação tem sido um processo espacial/cultural que não se faz sem resistências. E a estas resistências culturais ou econômicas genéricas se acrescentam às resistências particulares, devido às distintividades culturais de cada país ou região.

b) O segundo fator é a escala crescente do processo produtivo, do comércio entre regiões, nações e blocos econômico-comerciais, que acaba por unificar o mercado de produção e consumo de todo o mundo.

Neste caso, as mudanças provêm, basicamente, do fato de que o sistema de comunicações gera, inevitavelmente, mudanças no próprio sistema de operação do sistema capitalista, que vão de uma mundialização do sistema financeiro à formação de grandes empresas, cartéis, monopólios e oligopólios - as empresas multinacionais -, que na verdade se sintetizam em operações em larga escala e a nível mundial, envolvendo algo como uma quarta parte do comércio mundial e cerca de 30 trilhões de dólares especulativos em todo o mundo e em todas as moedas, segundo noticiam os jornais. É a moeda digital e o império

do dinheiro. É um poder à parte, que com frequência desafia o próprio poder nacional de muitos países.

A produção de comodidades de todo tipo, em escala nunca antes realizada, faz com que somente a utilização dos recursos da Terra como um todo seja capaz de provê-los, a tempo, a hora e a custos os mais baixos possíveis, em qualquer parte do Globo, onde eles sejam procurados.

Na verdade, podemos constatar cinco aspectos essenciais neste processo, que são listados por José Maria Vidal Villa¹⁸ (p.82):

- 1) Produção em massa em ritmos cada vez mais acelerados;
- 2) Segmentação dos processos produtivos, que permite sua internacionalização e a geração do fenômeno das montadoras e/ou do processo *lean production* japonês;
- 3) Controle dos processos à distância: produção, compras, vendas e financiamento, via sistema financeiro mundial e comunicação instantânea;
- 4) Rapidez e eficiência no transporte em grandes massas e volumes de mercadorias e matérias-primas ou intermediárias. *Containers* e grandes graneleiros; e
- 5) Homogeneização de produtos, de hábitos de consumo, de sistemas de venda e de financiamento.

Dito de outra maneira, sugere Vidal Villa *as forças produtivas alcançaram um nível de desenvolvimento que não impede, mas até favorece e permite (inclusive exige) a mundialização. A este nível, as fronteiras deixaram de ser eficazes. O item 5 já constitui um avanço na direção da Sociedade Global.*

Isto implica, também, sistemas organizacionais e administrativos adequados nas empresas; tanto que a criatividade japonesa - sintetizada pelas novas concepções de produção

¹⁷ op. cit.

¹⁸ op. cit., p.82.

desenvolvidas pela Toyota Motor Co. em Nagoya - substituiu o famoso processo da linha de montagem e produção em massa de qualidade boa, mas não ótima, pela chamada *lean production*¹⁹, que melhora muito a qualidade do produto (o carro e outros produtos japoneses têm uma qualificação no mercado mundial); ao mesmo tempo baixa o seu custo, substituindo o *just in case* elevado estoque de peças sobressalentes, por um *just in time* atendimento, que está revolucionando o processo industrial e constituindo a vanguarda da concorrência japonesa em todo o mundo.

Este segmento do processo procura não respeitar fronteiras, principalmente, mas também não respeitar culturas, tradições, interesses nacionais de todo tipo, à procura de oportunidades de lucro, eficiência econômica, competitividade, etc., Edward Nicolae Luttwak, um cientista político Romeno naturalizado americano, em entrevista à Revista VEJA de 14 de junho de 1955, sugere que a face sordida do capitalismo (que ele denomina de turbocapitalismo, quer dizer capitalismo a jato), se manifesta sob a forma de uma competição selvagem, em busca de uma eficiência econômica como o bem final de uma sociedade, encarada como uma ideologia. Esta eficiência está concentrando renda como em nenhum país do Terceiro Mundo, pois cerca de 1 % da população está concentrando 40 % da renda, embora o nível inferior tenha uma renda relativamente elevada; mas ao mesmo tempo aumenta o número de pobres.

Luttwak, em estudo publicado²⁰ em *The National Interest*, diz que a competição entre países após a derrota do comunismo deixou de ter um

caráter geopolítico e passou a ter um caráter geoeconômico. E ele acrescenta, como se fosse a piada a propósito, que quem ganhou a Guerra Fria foram, naturalmente, a Alemanha e o Japão. Porque ele considera que a análise do sistema mundo atual revela uma nova - a terceira - fase do mercantilismo, sempre emergente após um predomínio hegemônico de uma dada potência.

No segundo caso - o da produção a nível global - e da mesma forma somente a população mundial constitui um mercado suficientemente grande para ser abastecido pela gigantesca máquina de produção e por isso a localização de partes desta máquina tende a levar em conta quase que somente o mercado consumidor.

Mas pode-se discutir um pouco a questão do mercado mundial; Armando Corrêa da Silva se faz a pergunta, se estará ocorrendo um *mercado mundial, em que as relações mercantis envolvam todos, ou senão, a maioria dos Estados do Mundo. A pergunta se impõe porque há mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Será que todos estes mercados obedecem à mesma lógica de alocação do excedente?* ²¹ (p.75). É claro que se pode argumentar que haverá sempre uma lógica Thüniana nesta alocação, mas a natureza do produto excedente faz muita diferença; uma coisa é um excedente de petróleo, por exemplo, e outra coisa é se este excedente for de batata.

A tese do referido autor é, ainda, de que existem tão grandes perturbações na transmissão da comunicação, que fazem com que as informações não atinjam todos os lugares do mundo, o que evidente-

mente é verdadeiro, tanto quanto as deturpações e filtros na disseminação desta mesma informação, para não se falar na contra-informação que não é somente um instrumento da guerra; mas a verdade é que o processo é global e atinge a todos, embora, como ele mesmo sugere haja um mecanismo de distâncias - físicas e culturais - a partir dos centros hegemônicos (e veremos isto mais adiante), que acelera ou desacelera a velocidade da informação ou penetração do produto. De alguma forma é a própria mecânica do processo de difusão espacial.

Na verdade, o que está por trás de tudo isto é de um lado o fato de que todo este processo se apóia numa estrutura neoclássica de pensamento econômico - um hipotético capitalismo, que de fato não existe, como observa José Maria Vidal Villa²²; Villa observa que o *capitalismo hipotético dos neoclássicos está muito longe de coincidir com o capitalismo realmente existente* o destaque é nosso). Villa observa, também, o fato de que tanto a livre competição, quanto o mercado também livre e mais ainda a mobilidade dos fatores da produção - as três pilas do pensamento neoclássico - não funcionam de forma irrestrita, por causa de políticas protecionistas de governos, e principalmente dos países hegemônicos.

No caso da competição, ela fica prejudicada pela vasta gama de legislação protecionista, trabalhista, fiscal, financeira, monetária, etc., que faz dos preços livres do mercado global preços controlados, muitas vezes para proteger produtores nacionais.

No caso do mercado livre a vasta legislação - em grande parte dos países mais desenvolvidos - de política

¹⁹ A chamada *lean production* introduzida pela Toyota Motor Co. de Nagoya, Japão, substituiu o *just in case* da produção em massa *Fordista* que implicava num grande estoque de peças sobressalentes para substituir outras defeituosas (*just in case*) sem parar a linha de montagem; a substituição foi pelo processo de *just in time* (*kanban*) que ao prover as peças *just in time* na própria linha de montagem teve como principal vantagem diminuir enormemente os casos de defeitos de fabricação. O *just in time* substituiu mão-de-obra pouco qualificada na linha de produção em massa por operários mais qualificados (*numa espécie de volta ao artesanal*) capazes assim de resolver problemas na linha de montagem e eliminar uma longa área de retorno dos produtos com problemas, para a linha de produção, aumentando o custo.

²⁰ LUTTWAK, E. From geopolitics to geo-economics logic of conflict, grammar of commerce. *The National Interest*, Washington, v. 20, p. 17-23, 1990.

²¹ SILVA, Armando Corrêa da. O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho. In: SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 1994. 342 p., p. 75-82.

²² op. cit., p.82.

econômica restritiva e protecionista faz este mercado livre ficar sem sentido; o próprio GATT, na verdade, constitui um elemento de pressão dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, para ter o mercado livre que lhes interessa, em nome da liberdade de comércio.

No caso da terceira grande pilastra do pensamento neoclássico - a mobilidade dos fatores-, o que se observa, ainda segundo José Maria V. Villa, é que tem aumentado enormemente a mobilidade do capital - e mais especialmente do capital especulativo -, mas a mobilidade do trabalho continua rigidamente fixada, tanto em seus lugares de origem como de destino. Veja-se o que ocorre no Mercado Comum Europeu com os não-nascidos nos países do Mercado; isto ocorre com brasileiros, em Portugal, que não teriam acesso ao mercado de trabalho que os portugueses teriam e assim por diante.

Deve-se acrescentar a isso o fato de que estas enormes vantagens tecnológicas, que produzem e aperfeiçoam produtos e comodidades, já não atendem às necessidades de uma demanda explícita, pois ela é extremamente volátil. Elas se antecipam e criam a demanda pelo processo da comunicação.

A General Motors e a Volkswagen, a American Airlines e a Air France, a Mitsubishi, a Toyota, a Panasonic e a Philips, os Mc Donalds ou numerosos *burgers* ou Pizzas-Hut, a Coca e a Pepsicola, o Citibank e o Chase Manhattan, os bancos ingleses, alemães e Japoneses, e muitíssimas outras, são empresas de operação mundial, que penetram pelos países adentro, com aparelhos e com peças de reposição e oficinas de manutenção, que ocuparam os espaços de seus respectivos produtos de forma global. Elas produzem a oferta e criam a demanda.

Exportam produtos, fábricas inteiras e sobretudo capital e investimentos para todo o mundo, ao sabor de seus esperados lucros. Todos operam em nome de um processo competitivo que eles começam por destruir com suas poderosas garras de absorção, *dumpings*, aquisições e concorrências nem sempre muito leais; o sistema *franchising* é clássico em destruir as personalidades empresariais, pois destrói a criatividade e a substitui por uma uniformidade que é um traço da universalização do mercado e da incorporação cultural e econômica; hoje o mundo é destes grandes empreendimentos e pouco se faz para resistir nem mesmo por omissão. É a globalização, uma verdadeira cultura nova, sem criador e sem pátria.

Esta globalização tem, como já salientamos, basicamente, duas componentes:

a das economias e as grandes empresas que nela se localizam e que globalizam, que são fortes economicamente e altamente inovativas; e

as que são globalizadas, fracas e dependentes,

quer dizer incorporadas ao processo de globalização e elas se situam em posições diferentes na escala do desenvolvimento.

Neste campo observam-se além destes dois formatos do processo, e segundo Luiz César Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior²³ (p. 14), outros *dois macroprocessos de globalização em curso, que se diferenciam pelos efeitos econômicos, sociais, políticos e urbanos. Se a hegemonia é do circuito financeiro a cidade pode tornar-se apenas uma plataforma de aglutinação das empresas, conectadas às redes globais de informação, perdendo seu papel de economia de aglomeração, e surgindo em seu interior uma forte*

tendência à dualização da estrutura social. Se, ao contrário, o circuito produtivo comanda a inserção, abrem-se novas possibilidades para a busca de um modelo que combine a globalização e justiça social.

As diferenças entre o circuito financeiro e o produtivo são fundamentais e não se limitam à forma de ação e, no caso deste último, vai muito mais longe, ao abrir "novas possibilidades para a busca de um modelo que combine globalização e justiça social", pois embora estejam à procura de lucros sobre os investimentos feitos, um tem caráter produtivo e tende a incorporar-se à estrutura econômica existente e o outro é quase que integralmente especulativo.

Voltaremos a este ponto, que se liga mais à questão do papel da cidade global e do resto do sistema urbano na globalização. As grandes cidades global/mundial, mesmo tipo, São Paulo, México ou Buenos Aires, estão mais para o primeiro caso do sistema financeiro e serviços a ele e ao sistema produtivo, enquanto o processo produtivo espalha-se para cidades menores, com qualidades de vida especialmente desenvolvidas para abrigar os executivos destas empresas. Mas a grande cidade continua atraindo massas de migrantes, em busca do paraíso de trabalho, e encontrando somente um mercado informal cada vez mais amplo e selecionado, enquanto esta massa é não especializada.

O papel e a importância destes megaprocessos, que na verdade ocupam o espaço global, variam segundo o nível e estágio de desenvolvimento de economias e países. Na verdade, ele só se materializa, realmente, quando as três modernidades que Reis Velloso²⁴ identifica se efetivam: a econômica, a social e a política, que a nível do país se torna possível quando este país tem um projeto na-

²³ RIBEIRO, Luiz César Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). Introdução. In: _____. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 426 p.

²⁴ VELLOSO, João Paulo dos Reis. A transição para a modernidade no Brasil. In: _____. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: NOBEL, 1993. 198 p., p. 7-14.

cional; isto é, quando ele alcança estas três modernidades, ele está pronto para integrar a sociedade global e a globalização.

A primeira dimensão fundamental neste espaço global é a do desenvolvimento desigual, quer dizer fluxos de riqueza extremamente unidirecionados, dos países e regiões pobres para os países e regiões ricos. É essencialmente o modelo Núcleo-Periferia, que Oliver Dollfus descreve²⁵: *Enfim, nunca as diferenças foram tão grandes entre os recursos materiais de que dispõem as populações. Em 1990, 350 dólares per capita (à taxa de 89) para o PNB, as economias pobres que reúnem cerca de 3 bilhões de pessoas, e 19 mil dólares per capita para os 775 milhões de habitantes dos países da OCDE (comunidade européia), que consome três quartos da produção mundial.* (p.24), provavelmente juntamente com Estados Unidos e Japão e que seguramente não contempla a chamada Semiperiferia nas estatísticas das economias pobres.

Brian Berry²⁶ descreve quatro estágios de desenvolvimento econômico, diferentes da antiga classificação de Rostow²⁷, e sugere que as nações passam - de forma diferenciada - de um estágio inicial dependente dos fatores básicos de produção para o seguinte que se apóia em investimentos (que na América Latina foi muito associado à substituição de importações), para a fase seguinte onde inovações empresariais e no processo de produção começam a tornar a indústria e a economia em geral mais complexas (fase da substituição de máquinas em lugar de produtos), para, por fim, atingir a fase de afluência generalizada. Estas etapas, na verdade a posição dos diferentes países e/ou regiões nesta escala de desenvolvimento, representam uma nova divisão do

trabalho e um nova organização do espaço a nível mundial ou nacional, sobre a qual opera a globalização.

As etapas sugeridas por Berry são, em mais detalhe, as seguintes:

a) As economias que ele chama de *factor-driven* e que são ainda dependentes dos clássicos fatores básicos da produção - recursos naturais e força de trabalho abundante e barata, e que usam tecnologias e capital disponíveis, em geral importados do exterior; aquelas que são dependentes de recursos naturais apenas ou produtos agrícolas primários para exportação, ainda são mais atrasadas, pois dependem de flutuações dos preços destes produtos, que às vezes são grandes.

Nesta fase os preços, tanto os de importação como os de exportação, são comandados pelo mercado internacional, nada pelo país produtor da matéria-prima. E a qualidade de vida das populações neste estágio é baixa, a qualidade da força de trabalho é precária e a renda *per capita* é baixa também. São países pobres e sociedades subdesenvolvidas, apenas algumas em desenvolvimento, quando estão avançando na direção do segundo estágio.

Estas economias são concentradoras, o sistema urbano é constituído, essencialmente, de algumas grandes cidades - quase sempre um sistema urbano Primaz -, e a atividade econômica, comercial e industrial se concentra nestas grandes cidades, que ligam o país ao resto do mundo. Estes países exportam matérias-primas e produtos intermediários pouco processados, e importam tudo mais, inclusive capital.

b) As economias que ele denomina de *investment-driven* e que são baseadas na habilidade e capacidade

de investir em variadas indústrias, representando as melhores tecnologias disponíveis no mercado (mas ainda e em parte importadas) que moderniza processos, melhoram a qualidade e introduz novos produtos, mas não cria novos produtos sofisticados. Na América Latina, em geral, e Brasil inclusive, esta foi a fase CEPALINA de substituição de importações, na qual foi implantada a própria indústria automobilística, entre muitas outras no Brasil, mas na qual ainda se importavam as máquinas pesadas para a produção. Estes países importam capital e tecnologia e já começam a exportar produtos manufaturados simples; os países hegemônicos exportam alguma tecnologia e algumas fábricas e empresas, filiais das multinacionais.

c) A terceira categoria é a das economias *innovation-driven* que rapidamente criam novos produtos, novas tecnologias e novos mercados. Os novos mercados contribuem para sua maior independência econômica, pois com frequência quanto maior for o número e qualidade destes novos mercados, mais ampla é a possibilidade de escolha. Sua capacidade competitiva não depende mais de fatores de produção, mas sim da qualidade e das tecnologias adotadas. É neste estágio que elas começam a passar da categoria de serem globalizadas, para contribuir para a globalização (pelo menos em escala regional) e assim criam produtos novos e sofisticados.

Nesta fase começa-se a fabricar equipamento pesado, é a fase das indústrias de bens de capital. Nesta fase novas formas industriais, novos produtos e uma mentalidade muito mais competitiva se desenha, pois nela o mercado internacional torna-se importante para o consumo de seus produtos; para estes os países he-

²⁵ DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do sistema-mundo. In: SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 342p., p.23-45.

²⁶ BERRY, Brian J. L. *The global economy: resource use locational choice and international trade*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1993. 465p.

²⁷ ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Tradução de Octávio Alves Velho e Sérgio Góes de Paula; revisão de Cassio Fonseca. 5. ed. aum. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 274p.

gemônicos já exportam fábricas inteiras da maior parte dos produtos em que requeira tecnologia adiantada, mas não de ponta e altamente sofisticada.

Esta fase se insere no processo de fracionamento da produção e no surgimento das montadoras, especialmente na indústria automobilística. Agora se exporta para os países em desenvolvimento, principalmente capital, e se lhes nega a tecnologia de ponta. Esta fase é de grande crescimento do comércio internacional, tanto na importação como na exportação. Brasil, Argentina e México, Coréia do Sul, Hong-Kong, Taiwan e Singapura - os Tigres Asiáticos - estão entrando nesta fase e por isso estão sempre em situação bem delicada, pois os sete *grandes* (os setes países mais industrializados) procuram sempre impedir a entrada de novos parceiros no clube exclusivo.

Alguns autores - Peter Taylor e Wallerstein entre eles²⁸ denominam estas economias como sendo a *Semi-periferia*, pois elas estão na faixa dos basicamente ainda dependentes, especialmente no setor financeiro, mas fabricam produtos que até exportam para o Núcleo e têm uma economia diversificada. Nesta fase o processo de desenvolvimento já começa a se difundir espacialmente para as periferias intermetropolitanas, e começam a desenvolver um sistema de cidades que se aproxima do tipo *Rank-Size-Rule*, de Zipf²⁹, isto é, discrepando do sistema Primaz; mas a estrutura da cidade mais importante começa a mudar, pois ela começa a sediar indústrias e outras atividades econômicas ligadas às grandes multinacionais, e seus setores de serviços, amenidades, etc., começam a atrair executivos e altos funcionários destas grandes multinacionais.

d) A fase final é a da *wealth-driven*, quando uma nação alcança níveis de afluência que podem afetar sua capacidade produtiva e competitiva (forte diminuição de contrastes sociais e regionais) e com ela o poder de poupar, investir e inovar. Ela é alcançada ao fim de um dos chamados ciclos de Kondratiev, uma fase de declínio da economia em busca de um novo ciclo, com as mesmas características anteriores.

Uma espécie de ciclo vital das economias e muitas delas sucumbem aos novos processos e perdem significado, porque perdem o ímpeto de poupar e investir para o de consumir; outras se mantêm fortes e apóiam esta força agora no que Berry chama de economia do tipo *thoughtware*, isto é, baseadas na capacidade inovativa e no computador, que agiliza e amplia como nunca esta capacidade inovativa.

Esta classificação do estágio de desenvolvimento de economias nacionais, como toda classificação, se faz pela predominância de um conjunto de empresas e não significa que a economia inteira do país tenha alcançado ou não um determinado nível. Por exemplo, não se pode comparar o estágio de desenvolvimento tecnológico de uma indústria automobilística em São Paulo com a indústria açucareira do Nordeste; este tipo de defasagem ocorre, também, tanto nas regiões mais desenvolvidas do Brasil (São Paulo e Centro-sul em geral), como nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental, talvez em níveis diferentes.

Mas nem tudo é globalização e muitas culturas, países ou blocos de países resistem às tendências a esta globalização. É a distintividade de cada uma delas, de suas tradições culturais e por igual de seus interesses nacionais. Esta distintividade e

estes interesses nacionais não são uma particularidade das economias e países que estão sendo globalizados, pois os chamados "*sete grandes*" também disputam não só fatias das economias que estão sendo globalizadas, mas também procuram preservar seus interesses nacionais na disputa global. São conhecidas as questões entre Estados Unidos e Japão e Alemanha, como fortes disputas no Mercado Comum Europeu, e previstas situações no NAFTA, no MERCOSUL e outros agrupamentos regionais. Emmanuel Todd, citado por Berry³⁰ p.25/26, elaborou uma série de hipóteses que oferecem explicação para a *persistência de diferenças culturais profundamente arraigadas, que funcionam como contrapeso à força globalizadora das empresas multinacionais*. Como um consultor para a gerência de uma grande multinacional Geert Hofstede³¹ se conscientizou da importância destas diferenças, e sugeria que não existiam soluções universais para os problemas de organização e gerenciamento, pois todos são relativos.

- Assim, sugere ele, a ética Confuciana ofereceu uma forma particular de crescimento na Ásia do Leste, que a empresa japonesa tomou como um desafio de qualidade, realmente revolucionário, a *lean production*, de que falamos anteriormente e introduzido inicialmente pela fábrica de automóveis Toyota, em Nagoya. A maneira pela qual as firmas multinacionais estruturam suas operações tem que ser relativa aos valores e expectativas da cultura hospedeira, se elas pretendem obter sucesso, sucesso da *lean production* no Japão esteve muito associado à velha tradição artesanal japonesa, que favorecia mais a qualidade da mão-de-obra, enquanto a produção em massa da

²⁸ WALLERSTEIN, I. *The politics of the world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

²⁹ ZIPF, G. K. The hypothesis of the minimum equation as a unifying social principle. *American Sociological Review*, Washington, v. 22, n. 6, p. 627-650, Dec. 1947.

³⁰ op. cit., p.25-26.

³¹ HOFSTEDE, Geert. *Cultures consequences: international differences in work-related values*. Beverly Hills, Ca.: Sage, 1980.

linha Fordista de montagem se apoiava na mão-de-obra pouco qualificada de imigrantes europeus, que às vezes mal falavam a língua inglesa e eram mais de tradição agrícola, que no caso brasileiro foram benéficas, pois se tratava de uma colonização agrária³².

Diferentes nações têm diferentes heranças culturais que são invisíveis em geral, mas têm poderosas consequências, não só para as operações das multinacionais, mas também para o crescimento econômico e vida política. A parte invisível - *o inconsciente coletivo* - consiste de valores que são mantidos pela maioria da população e são transmitidos de geração em geração através da experiência familiar e da socialização em organizações e instituições. O *Fordismo* ao se implantar na Europa, principalmente na Inglaterra, encontrou resistência na tradição cultural artesanal da indústria européia.

Entre outras razões, as resistências à globalização se processam porque a estrutura econômica dos diferentes países, ao longo destes estágios, muda bastante porque muitas indústrias e serviços vão perdendo competitividade e mercados e setores industriais e de serviços, cujos salários estejam abaixo do teto inferior da média das indústrias mais competitivas; aí elas migram para outras regiões ou países em que elas ainda são competitivas. A essência do processo de difusão é, justamente, esta transferência, que também se faz em relação a outras indústrias e serviços ainda competitivos nas economias mais desenvolvidas, dependendo da capacidade inovadora empresarial destas economias em transição como é o caso do Brasil, mas é também o caso de muitos países do chamado Primeiro Mundo. Mas neste proces-

so transfere-se, muitas vezes, a fábrica como um todo, com um processo repetitivo de operações típico da produção em massa, que quase nada muda em termos de dinâmica empresarial local; inclusive porque a fábrica pode ser transferida de novo em algum tempo.

De qualquer forma com ou sem intervenção segundo a linha ideológico/conceitual que se adote, alguns aspectos deste processo mundial são reveladores de uma constante expansão da atividade humana e encurtamento e proximidade dos homens uns com os outros, como salientamos antes e revelados por alguns dados concatenados por Oliver Dollfus³³ e que são impressionantes, verdadeiras estatísticas da globalização:

1) a população cresceu de 1,6 bilhão no começo do século, para seis bilhões no fim do século, isto é, virtualmente quatro vezes mais. Este é o tamanho do Mundo e é este tamanho que faz a globalização necessária;

2) as cidades continham 300 milhões de habitantes e passam a 3 bilhões ao fim do século, isto é, 10 vezes mais; este é o tamanho da urbanização e mostra a tendência irreversível; é este processo que torna grande cidade o quartel general desta globalização;

3) a produção mundial era de 1 trilhão de dólares em 1900 (segundo taxas de 1989) e agora é de 20 trilhões de dólares, portanto vinte vezes maior; este é o tamanho do processo produtivo e sua taxa de crescimento;

4) mas as trocas internacionais eram de 70 bilhões de dólares em 1900 e hoje são de cerca de seis trilhões, crescendo numa proporção de mais de oitenta vezes, comparado com quatro vezes o crescimento da população. Este é o verdadeiro

tamanho do mercado global em que desapareceu a integração vertical, substituída pela expansão horizontal. Por outro lado, determinados conceitos como o conhecido Valor da Transformação Industrial (VTI), que sempre foi conhecido como o grande gerador de riqueza, agora são substituídos pela intensidade do Comércio. Agora é a margem de comercialização a grande geradora de riqueza e para isto ele precisa abarcar o mercado mundial.

É por esta razão - uma população que cresce pouco menos de 4 vezes (ainda que de forma desigual) e uma produção que cresce vinte vezes e o comércio que cresce oitenta vezes - que obviamente o consumo e o desgaste das matérias-primas utilizadas assume proporções gigantescas, que estamos inevitavelmente num Mundo Só, num sistema Mundo como ele denomina.

O fato de que a produção cresceu 20 vezes mais e as trocas comerciais cerca de 80 vezes mais mostra a intensidade do sistema de intercâmbio que hoje domina a economia mundial e, numa larga medida, a vida dos povos.

Estes números revelam, quem sabe, o finito dos recursos e o quase infinito de sua distribuição e principalmente de seu consumo final, e por isso, como sugerimos no início desta introdução - e em muitas outras partes deste volume - o quanto "esta relação afeta nossa própria existência e a perpetuação deste Mundo e desta mesma existência".

Na verdade, tanto as economias menos complexas como as mais complexas estão hoje inseridas neste processo, pois, como Otavio Ianni sugere, *É claro que a sociedade Global não se constitui autônoma, independente, alheia à nacional. Em rigor,*

³² A chamada *lean production* introduzida pela Toyota Motor Cop. de Nagoya, Japão, substituiu o *just in case* da produção em massa *Fordista*, que implicava um grande estoque de peças sobressalentes para substituir outras defeituosas (*just in case*), sem parar a linha de montagem; a substituição foi pelo processo do *just in time (kanban)*, que ao prover peças, *just in time* na linha de montagem, teve como principal virtude diminuir enormemente os casos de defeitos de fabricação. O *just in time* substituiu a mão-de-obra pouco qualificada na linha de produção em massa por operários mais qualificados, (numa espécie de volta ao artesanal), capazes, assim, de resolver problemas na própria linha de montagem e eliminar uma longa área de retorno dos produtos com problemas, para a linha de produção, aumentando o custo.

³³ op. cit., p.23-24.

*ela se planta na província, nação/região, ilhas, arquipélagos e continentes, compondo-se com eles em várias modalidades, em diferentes combinações. Algumas das relações, processos e estruturas que constituem a sociedade global são desdobramentos do que ocorre em âmbito nacional*³⁴ (p. 67).

No processo de inserção se colocam questões de hegemonia político-financeira que são críticos e afetam, muitas vezes, a própria soberania da Nação, seja sobre os recursos de seu território, seja sobre uma variedade de outros aspectos, inclusive o preço justo destes recursos, que igualmente afetam sua própria soberania. O mercado global cria um preço global, justo ou não.

Fica, de alguma forma e apenas como um exemplo entre muitos, a questão: o preço justo do barril de petróleo, por exemplo, seria em torno de 2 a 3 dólares, como o foi por longos anos e até a crise de 1972? Ou o preço justo era algo em torno dos cerca de US\$ 40,00 a que chegou no auge da crise ou os US\$ 20,00 de hoje, conseguido a duras penas pela OPEP, ao enfrentar as forças do mercado? De qualquer forma quem pagou ou ainda paga a diferença entre 2 e 20 ou 40 dólares? Os países sub e em desenvolvimento, pois para as grandes multinacionais os preços mais elevados do petróleo foram incorporados (e o lucros proporcionais muito aumentados) aos preços de seus produtos finais e apenas houve um pequeno período de ajustamento; mas não para os que pagam estes preços, inclusive os próprios países exportadores de petróleo. E é esta a questão que paira sobre os desígnios (e objetivos?) da globalização.

Mas uma questão talvez mais profunda diz respeito ao valor justo de uma moeda qualquer - um dos símbolos da soberania em relação a outras; o dólar vendido no mercado

internacional por 90 a 100 ienes (há 20 anos o valor era de 250 ienes por dólar), é um valor justo? Ou este valor relativo é um instrumento de políticas nacionais para manter competitividade econômica? Mas e no caso do México que não teve recursos para sustentar o valor de sua moeda, o peso, e se viu obrigado a deixá-la desvalorizar e flutuar ao sabor dos interesses dos grandes especuladores financeiros, com graves prejuízos para o povo mexicano, cuja capacidade aquisitiva para produtos importados diminuiu em 50 % em 90 dias? E o que quase esteve acontecendo na Argentina e mesmo no Brasil? Quem decide qual é o preço justo? Certamente é o mercado - a mão ostensivamente invisível do mercado? - manipulado pelos que têm Poder para manipulá-lo, mas aí o preço não é justo.

Esta é a concepção do moderno sistema capitalista e das explorações em grande escala embutidas neste sistema. A essência desta posição é a que postula que, na Sociedade tecnológica e evoluída e com processos de produção em massa de nossos dias, não há mais lugar para uma visão nacional dos recursos (especialmente os financeiros), que somente contribui para seu encarecimento, para o uso de recursos alternativos e menos adequados em muitos casos, que poderiam ser usados para o maior bem-estar da humanidade.

A idéia em si, se for concebida como um ideal e apoiada em princípios de equidade e justiça social -, como sugerem os autores e propugnadores da idéia de uma Nova Ordem econômica mundial -, poderia ser encampada por todos; e em muitos casos ela traz benefícios aos países menos desenvolvidos, com a transferência de tecnologia e com investimentos importantes em suas economias; a questão é que esta união por interesses quase sempre contempla os interesses de alguns poucos e mais fortes, e deixa de lado os muitos e mais fracos.

A diferença entre as duas concepções é que a idealista se baseia no princípio da cooperação - também defendida pelos ideólogos de todo o mundo, desde Kropotkin - um príncipe Russo, geógrafo e anarquista, a Ghandi e Nehru e outros já mencionados, enquanto a globalizadora, como é colocada pelos grandes bancos e Instituições financeiras e multinacionais de todo o Mundo, procura apenas maximizar seus lucros e seu poder econômico e político.

A competição no processo produtivo gerou uma verdadeira escola de economistas e empresários, os chamados *satisfacers*, que se contentavam como um lucro razoável em suas empresas para garantir o escoamento de seus produtos e a continuidade de suas operações; estes economistas e empresários haviam chegado à conclusão de que a informação completa da teoria neoclássica, que permitisse a maximização dos lucros, era impossível, e portanto era necessário optar por uma informação incompleta que incluía risco operacional e com isto apenas um lucro "satisfatório", que já era bastante. Mas ela não foi adotada pelo sistema financeiro, porque a quantidade de informação era muito maior, com o computador e as telecomunicações via satélite. Neste se realiza a exacerbação da maximização, pois o recurso financeiro - o capital - hoje tem uma mobilidade espantosa e como ele não tem um território associado, não tem Pátria como às vezes se diz; este capital opera com vistas apenas à maximização de seus lucros, sem nenhuma visão social/nacional.

Dada a enorme mobilidade do capital, aproveita-se de oportunidades em qualquer parte do mundo para obter seus máximos lucros, ainda que gerando crises ao redor do mundo, que podem cair sobre suas próprias cabeças. A crise do dólar com repercussões em outras moedas, de março de 1995, é um exemplo deste estado de coisas globais.

Às vezes se diz que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso (onde está o dinheiro); no organismo político a moeda é, também, o elemento mais sensível da sociedade, pois, além de ser o símbolo da soberania nacional, e que lhe permite comprar as comodidades e materiais que lhe são necessários, qualquer abalo na moeda tem repercussões extremamente abrangentes na economia de qualquer país. A moeda é a própria solvência da soberania nacional.

Isto é particularmente verdadeiro no sentido do capital financeiro, com seu corolário no sistema de comunicação via satélite e na informatização do sistema, que lhe dá um poder de decisão instantâneo. Um exemplo é a recente crise financeira do México, em dezembro de 94 e meses seguintes, com efeitos imediatos nas bolsas de vários países latino-americanos, gerando medidas de socorro do mercado internacional imediatas para evitar uma catástrofe maior. Mas, como consequência, penetrando na intimidade das políticas econômicas mexicanas (ou de numerosos outros países em ocasiões distintas), para garantir o retorno dos empréstimos concedidos, de uma forma que se poderia denominar intervenção por sobre as soberanias nacionais. O que nos perguntamos em relação a esta conjuntura é que preço estamos dispostos a pagar para alcançar os objetivos econômicos e sociais que pretendemos, isto é as vantagens da distintividade ao mesmo tempo tempo que as da globalização.

Mas os sentimentos nacionais - nacionalismos dos mais diferentes graus, se assim os queremos chamar - existem e não podem ser desincorporados (talvez nem devam ser) das sociedades modernas, além de que como juízos de valor prescindem de julgamento ou avaliação; e aí parece necessário pelo menos um mínimo de respeito a eles, à idéia de Pátria e Nação, de identidade de um Povo, tanto étnica como cultural, de par

também com a noção de Estado, que limita e institucionaliza a posse de um território e dos seus recursos.

A questão - uma questão crítica - é, como salientamos pouco antes, que o sistema financeiro/capitalista internacional não tem sentimentos que não sejam o lucro maior e mais imediato - de alguma forma a simples especulação financeira -, tal a velocidade de suas ações e decisões, neste mundo tão computarizado. E esta é a questão mais séria que o Mundo de hoje enfrenta, reconciliar as fortes demandas dos sentimentos nacionais e de suas instituições, com a necessidade de que o intenso consumismo e competição acabou por gerar, em termos de um uso mais eficiente destes recursos, ameaçados de exaustão por este mesmo consumismo desenfreado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em discurso perante a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas), em Santiago (ver *O Globo* do dia 4 de março de 1995, p.3), ao criticar a atitude dos técnicos do FMI e do Banco Mundial, exclamou: *Venho a esta casa pedir ajuda. Que façam o mundo entender que vivemos outra era, que a justiça social precisa ser levada em conta. Em nome do povo brasileiro, não se calem. Se for necessário, que gritem. De meu gabinete eu estarei acompanhando para aplaudi-los.* E em sua recente visita aos Estados Unidos, este foi um dos temas discutidos com o Governo Americano, que tem um grande poder de decisão junto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O que isto quer dizer é que a ordem econômica internacional, aí inseridas especialmente as grandes multinacionais do capital financeiro, é especulativa, na sua essência, sem se pensar no bem-estar do indivíduo e de sua família, dos povos e nações mais pobres. Falta-lhes a dimensão política e humana, não contam os valores da sociedade, acrescentou o

Presidente brasileiro. É a defesa das *distintividades*, ainda que sob a forma de um compromisso entre o eficientismo econômico globalizador e uma certa medida de equidade social, social mais que política, um sentimento nacional.

O social hoje deixa de ser uma política de assistencialismo humanitário e torna-se uma política econômica de longo prazo, que alargará o mercado em proporções nunca imaginadas e pode mudar a balança de poder no mundo, o que não é bom para seus detentores atuais.

Mas as distintividades produzem conseqüências de natureza diferenciada, política e cultural. O que vimos acontecer na antiga União Soviética e no que restou dela atualmente é um ressurgir de sentimentos nacionais - países Bálticos, Azerbadjão, Georgia, etc. - que o sistema socialista havia sufocado, seja pela força seja por uma força ideológica Marxista que não cabe aqui discutir. E quando se tenta democratizar o sistema comunista, este sentimento ressurgiu, ameaçando tanto a própria unidade Soviética ou da CEI que a substituiu, quanto a idéia de um sentimento comum, transnacional, das classes trabalhadoras, que constitui um sério revés ideológico. Compare-se a unificação da Alemanha, fruto de um forte sentimento nacional, com a desagregação da Iugoslávia e da própria União Soviética, cujos longos períodos de dominação comunista não foram suficiente para construir um unidade político-cultural.

Assim, a *globalização* é, em última instância e como já indicamos, um processo essencialmente cultural (embora econômico na aparência) que carrega como ele mudanças de comportamento e hábitos culturais, que geram conseqüências de mudança econômica, social, cultural e política; mas o processo segundo o qual estas mudanças ocorrem começa por ser econômico, inclusive porque os instrumentos com que ele opera inicialmente são econômico-finan-

ceiros e de alta tecnologia. Mas as conseqüências finais - regulação global de processos produtivos, hábitos de consumo, alimentares, de vestuário, moda, música, cultura, enfim, que fazem do nosso Mundo um Mundo Só, são culturais. Brian Berry³⁵ sugere que, *numa economia crescentemente e estritamente global, as corporações multinacionais praticam seus processos locais interativamente com as Nações/Estados, num quadro cultural (mas) enquanto as atividades destas multinacionais trazem os habitantes da Terra mais que nunca próximos uns dos outros, diferenças em crenças, objetivos, planejamentos e ação se colocam em um foco cada vez mais nítido ... (Estas) diferenças estão enraizadas na cultura - os ideais filosóficos, valores, ideologias, crenças religiosas e paixões - que dão sentido e significado à vida dos povos. Cultura é o diferenciador que é tornado mais agudo por uma crescente interdependência.*

De alguma forma esta *globalização* está fazendo do mosaico cultural e político em que o Mundo em que vivemos se constitui, num "Mundo Só", com fronteiras e soberanias políticas que tendem a ser submergidas pela avalanche do poder das multinacionais e dos países, hegemônicos.

A questão crítica é que a *globalização* não é um processo conduzido por países hegemônicos, mas é por multinacionais localizadas nos países hegemônicos e que exercem pressão sobre seus governos para proteção de seus interesses nos países globalizados. A escala em que ele opera, global, é que uniformiza e homogeneiza os padrões de consumo de todo o tipo, que acabam por gerar uma cultura - a cultura da *globalização*.

A idéia da *globalização* sinaliza na direção de um Mundo Só, mas esta idéia deriva de duas origens e po-

sições ideológicas profundamente diferentes, como salientamos antes, entre outras razões por que dependem de como vemos este Mundo Só organizado. Um mundo unido por ideais ou por interesses.

A bem da verdade, podemos imaginar que este mundo só unido por interesses contenha a idéia do interesse geral da espécie humana, beneficiada por todo tipo de mudanças e inovações e pela escala mundial das operações econômicas, mais eficientes e portanto beneficiando mais gente e maior benefícios a todos.

Neste pobre mundo nosso, entretanto, e com nossa pobre gente deste mundo, esta não é uma idéia de grande praticidade, na verdade pouco provável, eis que os interesses de grupo e de nações prevalecem sobre os interesses da espécie humana em geral. Então estamos caminhando para um "Mundo Só", não ideológico/idealisticamente voltado inteiramente para o bem-estar da humanidade.

O desafio antes de ser nacional passa pelo desafio a nível global, o que quer dizer que vivemos num mundo só, em que tudo que acontece em qualquer lugar se relaciona com o que acontece em outras partes e no mundo em geral. Em ainda outras palavras, esta *globalização* sinaliza ainda mais para uma mundialização do gerenciamento dos recursos da Terra, em certa medida até por sobre as soberanias nacionais, via blocos regionais e sistemas de empresas multinacionais. Esta *globalização* e a mundialização do gerenciamento dos recursos da Terra são, por sua vez, conseqüência da crescente complexidade e competitividade na economia mundial.

E quer ainda dizer, portanto, que a tendência permanente é a da *globalização* e as reações ocasionais são a reiteração de *distintividades, fragmentações, lugarização*, expressões

todas relacionadas a tendências de inserção qualitativa e parcial no modelo da *globalização*, ou pelo menos da preservação das características e interesses nacionais/culturais essenciais. Discutiremos esta questão a seguir, dada sua importância na implementação do modelo de desenvolvimento.

As *distintividades* são, desta forma, mais uma reação ao processo sociocultural e político, ao querer preservar as características culturais e seus sistemas de preferências, que geram conseqüências nas relações econômicas.

Estas *distintividades* são uma reação nacional, dos países que tendem a ser globalizados, que querem preservar interesses nacionais (ou mesmo regionais) e padrões culturais e se sentem ameaçados, às vezes, em sua própria soberania, quando se lhes exigem aberturas econômicas para exploração de recursos de seus territórios, ou controles de suas políticas econômicas (inclusive de suas contas de exportação como foi o caso recente do México, que teve seus recursos de exportação petrolífera depositados em um Banco dos Estados Unidos); com as limitações apenas das necessidades globais e com freqüência, no caso de recursos naturais, sem as necessárias condições de preservação ambiental. A reação é formalmente econômica, mas o fundo dela tem natureza cultural - social e política.

Os dois processos são fortemente interdependentes, e na verdade caminham juntos em formas complexas de dependência, auto-afirmação e compromisso. Na verdade, o processo básico é o da *globalização*, como temos discutido neste mesmo capítulo.

Ortega e Lopez³⁶ (p.172/173), discutem esta questão de forma diferente (e usam o conceito de fragmentação, não no sentido de reação à global-

³⁵ BERRY, Brian J. L. The Howard G. Roepke lecture in economic geography, comparative geography of de global economy: cultures, corporations and the nation-state. *Economic Geography*, Worcester, Ma., v. 65, n. 1, p. 1-18, jan. 1989.

³⁶ op. cit., p.172-173.

ização, mas de forma diferente). Para os referidos autores, “*a globalização com seus fluxos acentadamente unidirecionais desenvolve-se sob os padrões de crescimento desigual, que caracterizam a expansão capitalista; ainda que pretenda uniformizar culturalmente, está longe de homogeneizar o panorama econômico-social, tanto ao nível mundial quanto no interior de cada nação.*”

Ao contrário, provoca incontáveis processos de fratura ou rompimento no espaço-tempo semelhantes aos gerados pela cadeia taylorista no trabalho industrial. Neste caso, a fragmentação espaço-temporal abrange o espaço mundial, concatenado pela modernidade que flui a partir dos centros capitalistas do planeta, o que determina, ao mesmo tempo, um hierarquização que localiza as funções mais importantes nesses centros e deixa para a periferia diversos níveis de atividades subsidiárias ou tributárias.

Esta é a descrição clássica do modelo Núcleo-Periferia, que antecede e de muito, como forma de organização do espaço mundial, nacional ou regional, o atual processo de globalização. É claro que sempre houve um modelo de hegemonia mundial, em todos os tempos, que divide países e povos em dominados e dominadores, globalizados ou globalizadores. Este processo de fragmentação é simplesmente fruto do processo de desenvolvimento desigual, como os autores citados sugerem, e, na minha opinião, não é o mesmo que o processo - especialmente de países e economias mais fracas - de resistir à onda da globalização pela reiteração de suas características distintivas nacionais.

É por isso que a economia e a organização do espaço nacional e regional agora passam a entrar na organização do espaço e na política de forma crescente. Esta *distintivi-*

dade é, assim, diferente do conceito paralelo de fragmentação, criado num contexto da análise da estrutura espacial - que, como salientamos acima, se ajusta mais ao modelo Núcleo-Periferia. A fragmentação seria a percepção não mais do global, mas de unidades espaciais/territoriais cada vez menores (mas não necessariamente fragmentadas do global), até o *lugar onde a gente mora* na vida descrição de Milton Santos.

Na geografia a fragmentação é um conceito de organização ou reorganização espacial, pois ela se processa desde o nível do *lugar onde a gente mora* até o do *Mundo em que a gente vive: um mundo compartilhado* na descrição de Barbara Ward?

Mas esta fragmentação, como a distintividade, contém, também, valores individuais e coletivos, que têm uma natureza estrutural/social muito profunda, pois ambos derivam da atual etapa do processo capitalista mundial. A distintividade é a característica do processo de reação à globalização, enquanto a fragmentação é a consequência da passagem, por assim dizer, da globalização por uma superfície de desenvolvimento já desigual, tornando-a ainda mais desigual pelas distintividades de cada uma área. O mosaico torna-se mais diferenciado e de certa forma fragmentado.

Esta natureza estrutural e distintividade característica estão muito ligadas a uma noção paralela de territorialidade, um sentimento muito profundo de ligação a um território - o seu território, o seu lugar; este seu lugar no contexto do Território leva a uma percepção até de soberania, em seu sentido mais profundo; um velho provérbio africano sugere que “uma pessoa não aponta para sua cidade natal com a mão esquerda”, que contém uma óbvia sugestão de privilégio da “mão direita” e de sua cidade natal - de novo seu lugar ou território.

Esta noção da importância do lugar remonta às origens do homem, e portanto muitíssimo anterior à noção de globalização; esta globalização, como salientamos, é fruto das complexidades do mundo moderno e do elevado sentido de competitividade do sistema capitalista financeiro, dominante e global; por isso bem recente, mas avassaladora.

A fragmentação é um estágio do processo de desenvolvimento, uma escala no processo de organização ou reorganização do espaço - uma fragmentação do espaço que se modifica ao longo do processo -, enquanto a globalização seria o estágio mais avançado, uma escala de economia de natureza global, quem sabe a caminho de uma Sociedade Global e de um mundo só.

Em síntese, queremos dizer que a globalização tem uma escala única, e constitui o processo mais genérico de “compartilhar o mundo” como visão deste mesmo mundo e necessidade operacional atual; enquanto a distintividade opera em múltiplas escalas, e culturalmente representa a reação à visão do mundo compartilhado, negando a mesma idéia de uma necessária globalização.

Na verdade, até onde não estaríamos recuperando, ou revivendo, os conceitos de geral e particular em que a geografia se divide em muitos aspectos? E a pós-modernidade de hoje não será a simultaneidade dos dois conceitos, para usar o simultâneo tão caro aos pós-modernistas? Ana Fani; Alessandri Carlos³⁷ sugere que *o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular* (p.303), querendo dizer, segundo me parece, que tanto o geral está contido no particular - uma espécie de microcosmo do geral - (mas sempre?) como o particular está contido no geral, esta última hipótese por necessidade. E Ana Fani prossegue

³⁷ ALLEXANDRI, Carlos, FANI, Ana. O lugar : modernização e fragmentação. In: SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 1994. 342 p., p. 303-309.

dizendo que *deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta, enquanto momento* (p.303), porque cada momento gera uma especificidade concreta de um dado lugar. Como sugerimos antes o lugar - fragmentado do lugar mais amplo -, resulta da operação do processo de globalização sobre um espaço território, já organizado e o reorganiza articulando-o, "com sua especificidade histórica, ao mundial que se anuncia".

A idéia defendida por Ana Fani é a da primazia do lugar: *o lugar permitiria desvendar a sociedade atual na medida em que aponta para a globalidade, e que também é possível perceber-se a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc.* (p.303). O que não se percebe no lugar é o porquê da globalização nem sua natureza mais profunda.

Mas fica a dúvida na articulação entre a mundialidade "em constituição" e o local, a dúvida de sempre, de alguma forma a dúvida em saber-se se o átomo ou qualquer outra partícula menor é um microcosmo, que replica o macrocosmo. Porque, embora replicando, o macrocosmo e o microcosmo têm particularidades específicas no tempo e no espaço; mas onde se produz a mudança? Mas mais que isto creio que a questão é de escala e de ótica. **O lugar para mim é sempre o lugar onde a gente mora, mas o global é o mundo onde a gente vive;** as mudanças são geradas no mundo em que a gente vive, mas as consequências nós as sentimos no lugar em que a gente mora. Em face do cruel processo de globalização, o único lugar no Território que encontra forças para fazer face é o Estado/Nação, que tem alguma capacidade de regular as relações e mediá-las com algum poder de barganha. O lugar onde a gente mora simplesmente sofre a perversidade da relação.

É por isso, sem dúvida, que Milton Santos³⁸ tem insistido na idéia de que é a fragmentação que é mais legitimamente geográfico/espacial, pois neste conceito o espaço é mais relevante, como ocorre no conceito de região ou *pays*, que é um espaço construído historicamente, mas não é fragmentado. Ele é fragmentado segundo processos em escala mais genérica, a nível acima do lugar, mas abaixo da *globalização* que homogeneiza.

A questão crítica é de saber-se qual o processo corrente: o de fragmentar-se o espaço, antes mais globalizado, ou de imaginar-se que a organização do espaço partiu e parte das unidades menores, qualquer que seja sua dimensão territorial, mas balizada por parâmetros que são nacionais/globais. O tamanho da unidade menor será aquele que contiver uma certa distintividade nacional/regional ou bloco semi/ou continental.

Será que vivemos em um mundo só de todos, ou nos clássicos sistemas hegemônicos de todos os tempos, em que o homem precisa, cada vez mais, dos recursos do mundo todo, para satisfazer as amplas necessidades deste mesmo sistema hegemônico, por sobre as tradições culturais de todas as sociedades étnico-religiosonacionais? Mudam as necessidades, mas permanece o conceito. Ou cada segmento da sociedade vive seu próprio Mundo?

Estas questões, de natureza ideológica e até metafísica, são colocadas como uma reflexão de natureza política, sobre os rumos que deveria tomar o processo brasileiro de desenvolvimento, se na linha da globalização ou fechado em si mesmo, ainda que não isolacionista.

É importante destacar que o que queremos dizer com esta tendência globalizante, entretanto, não se refere a mudanças no mapa político do Mundo, criação ou eliminação de países, mas o que chamamos

de *gerenciamento de recursos a nível mundial*", o que é algo relativamente novo.

Como o gerenciamento dos recursos se processa num sistema de poder político-econômico-tecnológico ele se faz, principalmente, com vistas aos recursos do Terceiro Mundo em geral, onde os problemas internos de organização territorial adquirem importância secundária, em face desta avassaladora onda globalizante. *Quer dizer num sistema hegemônico do tipo Núcleo e Periferia a nível mundial.*

Este debate é profundamente ideológico e com base política muito forte. Na verdade, se assumimos a tendência globalizadora no Brasil (ou em qualquer outro país da Periferia ou Semiperiferia) significa que de par com a maior eficiência econômica e aporte de recursos imediato que ela pode representar, significaria que cremos, também, que os países hegemônicos e os grandes grupos transnacionais tratariam os interesses destas periferias com equidade e sentido de justiça social, ou que poderemos impor este tratamento. *Um sonho, quem sabe um pesadelo.*

Mas é preciso considerar que, no mundo de hoje, neste período revolucionário, não há políticas ótimas nem infalíveis, que levem a uma verdadeira segurança; há apenas escolha entre riscos.

O risco da globalização é que é difícil acreditar que o *gerenciamento* que mencionamos antes se faça de uma forma justa para os países que detêm estes recursos, pois não tem sido esta a posição nem dos países hegemônicos nem dos grandes grupos financeiros localizados nestes mesmos países. Será que afinal assim permaneceríamos - os países produtores de artigos primários e indústrias pouco sofisticadas - fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas segundo uma ótica primeiro-mundista? É isto que queremos e se

³⁸ op. cit., p.15-22, 139 p.

deseja que aceitemos, ainda que como inevitável? Sempre uma posição mais ou menos subordinada?

O risco da não-globalização é perdermos "o último trem para Paris", e as vantagens tecnológicas e mesmo financeiras deste processo global. O risco é perderem-se vultosos investimentos externos que supririam a falta de poupança interna para se acelerar o processo de desenvolvimento e liberar recursos para os programas sociais tão necessários.

No fundo pode estar querendo significar a capacidade do ser humano (ou incapacidade) de gerir os imensos recursos da terra, para proveito de todos, mas sem dominâncias ou hegemonias, segundo um processo cooperativo genuíno que quase levaria à abdição das fronteiras e dos sentimentos nacionais.

É claro que se procura sempre descobrir tendências que possam, ao mesmo tempo, facilitar a aceleração do processo existente, ainda que incipiente; mas como salienta Doreen Massey, *again there are no inexorable trends which can be brought down off the shelf in explanation when the results of empirical analysis appear to conform with the theory*³⁹. (p. 46).

Esta distintividade é, também, um processo genérico, tanto que Brian Berry⁴⁰ (p.1) observa que *a reafirmação das tradições culturais, exemplificada pelo desaparecimento da União Soviética e Jugoslávia e sua reorganização em estados etnicamente construídos, reenfaz a idéia de que política e economia são estreitamente interligadas, e que as inter-relações entre ambas devem ser apreciadas devidamente, se pretendemos entender as mudanças na geografia econômica global de uma forma completa*. Apenas acrescentaríamos que Berry, ele mesmo, acen-

tua também a cultura e a etnia. Berry sugere que, neste particular, a *cultura nacional, por seu lado, define as formas preferidas de economia política, e portanto as formas em que o crescimento e desenvolvimento são alcançados*. Isto implica dizer, portanto, que a distintividade é uma parcela do processo de globalização, na medida em que ele pode se processar num dado país e numa dada cultura, sem violentá-la.

Pierre George⁴¹, em livro sobre a Geopolítica das minorias, também sugere que *um dos paradoxos da vida política contemporânea é a contradição entre duas tendências opostas da organização e da prática do espaço. A economia e o poderio garantidor da segurança exigem o agrupamento de extensões cada vez mais vastas sob a mesma tutela de empresas supranacionais e transnacionais, de alianças políticas. Ao mesmo tempo se afirmam uma vontade de independência ou de autonomia de grupos que reivindicam sua personalidade histórica, a especificidade de suas tradições etnoculturais* ... (p.11). Pierre George sugere ainda que estes dois mecanismos não são excludentes, isto é, ao sugerir que *também, em cada momento, a conciliação dos antagonismos coloca seus problemas de relações internas, exige compromissos entre continentalismo e regionalismos. A substância de tais conflitos (entre as duas tendências) consiste em relações entre umas forças de agrupamento que engendram as situações de domínio majoritário e, por parte das minorias, uma vontade de ser e de ser reconhecidas* (p.12).

Apenas a título de curiosidade, queremos destacar que estes conceitos são partilhados por um geógrafo de direita ostensiva e de origem anglo-saxônica (Brian Berry) e por

outro de esquerda igualmente ostensiva, quase radical (Pierre George), que lhe dão uma consistência ideológica maior, quem sabe até mesmo comum.

O que isto significa é que a globalização tem uma componente econômica extremamente importante, como temos salientado. E como esta componente econômica tende a globalizar e homogeneizar hábitos culturais, ela afeta profundamente os hábitos culturais de todos, e em muitos casos violentando estes hábitos e mesmo padrões de consumo. Esta última é uma componente cultural, cuja mudança encontra resistências as mais diversas, que se repercutem no processo econômico. O espaço cultural, este sim, é muito fragmentado, pois nele se incluem, as diferenças étnicas e religiosas.

Neste particular é preciso considerar as especificidades geográficas e históricas. Afinal, o que está por trás da noção de desenvolvimento desigual é o fato de que os resultados do processo econômico são altamente diferenciados - pelas condições sociais e naturais em que eles operam (fragmentados, se se quiser chamá-los assim) - e com isto resultados específicos e únicos, numa certa medida. Uma destas especificidades são os recursos humanos e a forma que tem tomado o processo de urbanização. É também o que Maria Adélia de Souza chama⁴² (p.23) *Geografia da Desigualdade* quando ela cita Oliver Dollfus indicando: *o sistema mundial não pode ser equilibrado*. Neste artigo Maria Adélia resgata uma questão fundamental na questão das desigualdades, que é a questão da fome no Mundo.

Um exemplo deste tipo de tendência pode ser observado nas discussões para a revisão constitucional

³⁹ MASSEY, Doreen. *Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production*. New York: Methuen, 1984. 339 p.

⁴⁰ op. cit., p.1.

⁴¹ GEORGE, Pierre. *Geopolítica de las minorias*. [S.l.]: Oikos-Tau, [19 —]. 135p. Tradução de: Que sais je.

⁴² SOUZA, Maria Adélia de. Geografias da desigualdade. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 332 p., p.21-28.

brasileira deste ano de 1995, na questão da nacionalidade, facilitando ou não a naturalização de estrangeiros e a aquisição de dupla nacionalidade por brasileiros, que fluidifica o conceito de nacionalidade. Outro é o da não diferenciação entre capital nacional e estrangeiro, já aprovada no Congresso e que facilitará a entrada de capitais externos no país. Isto para não se mencionar os demais projetos de reforma, com a privatização e flexibilização dos diversos monopólios, novo conceito de empresa nacional, etc., que em última instância representam a opção pela abertura econômica, pela globalização e pela diminuição do papel do Estado.

No Mercado Comum Europeu esta tendência é mais forte, pela necessidade de se formar um *pool* de mão-de-obra mais amplo, e portanto bem mais competitivo, mas as reações internas são, também, mais fortes. Este o grande desafio para o próximo século/milênio. Manter ou não nossas identidades nacionais, culturais em geral, religiosas e étnicas em particular ou adotar padrões culturais do tipo *colas, jeans, hamburgers e outros*; manter a posse e o controle dos recursos do subsolo ou, em nome de uma provável maior eficiência de seu uso (que evite desperdícios) ou entregarmos estes recursos a consórcios internacionais, ainda que participemos destes consórcios.

É difícil acreditar que este *gerenciamento* se faça de uma forma justa para os países que detêm estes recursos, pois não tem sido esta a posição nem dos países hegemônicos nem dos grandes grupos financeiros localizados nestes mesmos países. Será que afinal assim permaneceríamos - os países produtores de artigos primários - fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas segundo uma ótica primeiro mundista? É isto que queremos e se deseja que aceitemos,

ainda que como inevitável? Sempre uma posição mais ou menos subordinada?

Brian Berry em seu livro recente sobre a Economia Global⁴³ (p.2), ao sugerir o *triunfo dos mercados* com a queda dos regimes comunistas na Europa, não consegue esconder seus preconceitos anti-socialistas e indica ainda que *por traz destas mudanças existe uma verdade simples. Sistemas socialistas, dirigidos de forma centralizada, não funcionam e não conseguem competir. Eles produzem apenas um crescimento esporádico, asseguram uma igualdade a um nível baixo, igualdade que é violada pelos privilégios dos membros do Partido, além de serem muito mais destruidores do meio ambiente - o que é facilmente demonstrável - do que sistemas políticos e econômicos de qualquer outra espécie.* O que pode ser, para muitos, uma descrição preconceituosa e portanto discutível.

A tendência contra a globalização não é, necessariamente, socialista e nem com base em sistemas políticos centralizados, mas, quem sabe, uma tendência que se recusa a aceitar a desnacionalização, com parcelas de sua soberania cedidas a esta globalização, a desvinculação nacional/cultural, simplesmente em favor de uma competitividade a todo custo; uma nova cultura que descaracteriza, desnacionaliza, mas que, por outro lado faz, é verdade, as pessoas se sentirem cidadãos do mundo; de um mundo só, embora um mundo só que a nível do indivíduo o deixa sem pertencer a nenhum lugar em particular, uma sensação de *placelessness*, como sugerem os geógrafos humanistas transcendentalistas, perdendo assim o seu sentido de origem. Como indicamos no início esta desnacionalização ou transnacionalização, não ocorre no país, por inteiro e por igual, e neste sentido se observa uma frag-

mentação, um nova fragmentação com parâmetros diferentes, por sobre um espaço que já era fragmentado. Por isso preferimos o conceito de distintividade, porque na verdade uns permanecem como eram, distintos e outros são afetados.

Ainda que não nos referende aqui as opiniões de Brian Berry sobre a ineficiência e incapacidade dos sistemas centralizados e socialistas, na verdade temos que reconhecer que a ruptura observada no chamado Segundo Mundo causou profundo impacto no sistema econômico mundial na direção da globalização - o triunfo dos mercados -, e portanto terá que se procurar um novo paradigma de explicação para a e/ou uma nova ordem mundial, pois as soluções encontradas ou à procura de soluções não têm sido iguais na Hungria, na China, Cuba, ou Vietnã.

O que isto significa é que o lugar onde a gente mora, o Território que constitui o berço de nossa cultura, é um elemento fundamental da distintividade. Este território está associado de forma intrínseca a nossas tradições culturais e mais ainda aos nossos interesses nacionais e/ou regionais.

O Território pode ser visto e apreendido, segundo várias perspectivas:

- a) Uma perspectiva perceptiva;
- b) Uma ótica organizativa; e
- c) Uma ótica estrutural.

como procuraremos analisar a seguir:

a) A perspectiva perceptiva;

O Território é, segundo Marcelo Escobar⁴⁴, *um âmbito terrestre delimitado de exercício excludente de Poder*, o que reafirma a idéia de Poder e obviamente proporcional ao tamanho do território. Mas aí a noção de Território se associa mais à de Estado,

⁴³ op. cit., p.2.

⁴⁴ ESCOBAR, Marcelo. Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 342p., p. 83-102.

dada a sua conotação legal. Mas ele tem um sentido simbólico e mesmo metafísico em nossas mentes e às vezes assim o percebemos.

Sugerimos no início que o que Barbara Ward chama de *the driving demands and ambitions of national statehood* está muito ligado aos laços que o homem estabelece com e em um dado território; estes laços constituem a espinha dorsal do próprio conceito do "national statehood", isto é uma organização do Território em Nação/Povo/Estado, que corporifica estas *driving demands*. Esta é uma característica do Território, pois nem espaço, nem região se organizam desta maneira.

O Território - de alguma forma o lugar onde a gente mora segundo a expressão de Milton Santos -,⁴⁵ o sentido de lugar dos geógrafos humanistas, que parece existir inato nas pessoas, é uma componente essencial da vida humana e existe nestas pessoas associado a uma maneira de perceber este mesmo Território e à função que ele representa em suas vidas. Portanto, este sentido, além de inato, é apreendido e sua importância para o indivíduo é enorme.

Esta percepção se observa a nível do lugar onde a gente mora, mas também a um nível muito mais alto de generalidade, quando nos sentimos brasileiros, por exemplo, diante de argentinos, italianos ou japoneses. Esta percepção é fruto de valores culturais - étnicos, religiosos, políticos e até emocionais - que acumulamos ao longo de nossas vidas. Não poucas vezes a idéia de Território e cultura se identifica de tal forma que uma coisa significa a outra; é o caso Israel/Palestina, mas é também a região Basca na Espanha ou a Catalunha, e muitos outros.

É o caso que chamamos de relação meio racional, meio simbiótica do homem com o território.

Desenvolvem-se, em confronto uma com a outra, a tendência globalizadora, altamente eficientista mas também altamente despersonalizadora, e a tendência nacional (não necessariamente nacionalista num sentido xenófobo); na verdade um confronto entre

- a força globalizadora da história no mundo em seus roteiros cada vez mais amplos
- e a força da geografia, que de um lado distingue diferenças profundas entre lugares, qualquer que seja sua escala de percepção, mas por outro lado une devido às complementaridades negociadas entre estes lugares.

Assim, o paradigma mais capaz de entender (não necessariamente explicar) o que se passa no Mundo de hoje é muito mais de natureza geográfica que histórica, mas a perspectiva histórica é indispensável, pois a *globalização se assemelha a um rolo compressor sobre as tradições culturais dos diferentes países, enquanto a distintividade representa a reafirmação daquelas tradições, com que elas têm de valores*. A conjuntura tendendo para estrutura do processo de globalização responde por esta tendência avassaladora, por sobre aquelas tradições culturais. Mas a globalização bate de frente com toda a gama de interesses nacionais, seja qual a forma porque eles tenham sido definidos.

É algo de que falou Kropotkin - em sua ajuda mútua - quando considerava que a cooperação era mais importante que a competição, uma visão que implicava uma noção quase biológico-metafísica de que o que existe no âmago do ser humano é a idéia da cooperação e não a competição. Kropotkin pensava refutar as teses evolucionistas darwinianas/spencerianas, que, por sua vez, estão na raiz da ideologia capitalista.

A concepção spenceriana do Estado-organismo era diferente da globalização, pois implicava a ampliação do poder dos Estados, inclusive por conquista territorial, que Kropotkin refutava com a idéia da ajuda mútua; a globalização vai mais longe, pois, embora não sugira a conquista territorial, evolui para uma diminuição da soberania não sobre o Território, mas sobre os recursos do Território.

A questão é difícil e profunda, pois diz respeito, ao mesmo tempo, aos processos biológicos descritos por Darwin, entre outros, e o conjunto de idéias que se costuma inserir sob a rubrica de "Darwinismo Social"; isto quer dizer, como sugere David Livingstone⁴⁶, distinguir entre diferentes versões de teoria evolucionista e suas implicações sociais, e finalmente observar as estratégias que foram usadas na pesquisa geográfica, para interpretar, para questionar ou justificar a ordem social existente (p.119).

Na verdade de quando fazemos esta ponte entre teoria evolucionista - só a girafa que nasce com um pescoço mais comprido é capaz de competir pelas folhas das árvores mais altas e assim sobreviver e perpetuar a espécie de pescoços mais compridos - e teoria social - os fortes sobrevivem e os fracos são dominados pelo processo competitivo, estamos nivelando as reações, os sentimentos e as emoções do ser humano, ao animal quando o colocamos no processo coletivo de comportamento. Isto quer dizer que o ser humano só pensa em si mesmo, no lucro, na ampliação de seus recursos e ganhos, sem ter outro pensamento ou comportamento que não seja ditado por este princípio.

Kropotkin quando fala em ajuda mútua como princípio⁴⁷ sugere que que os indivíduos mais bem sucedidos são aqueles mais capazes de

⁴⁵ op. cit., p.15-22, 139.

⁴⁶ LIVINGSTONE, David. Evolution, science and society: historical reflexions on the geographical experiment. *Geoforum*, New York, v. 1, n. 2, 1985. Special issue.

⁴⁷ KROPOTKIN, Peter. Ayuda mútua e outros. In: BREIBERT, M. Myrna (Ed.). *Anarquismo y geografía*. [S.l.]: Oikos-Tau, 1989. p. 36-42.

promover a cooperação e ajuda mútua; uma girafa, ou outro animal ou planta qualquer, compete com a outra de forma a fazer predominar o mais forte e/ou apto, mas o ser humano deseja que não seja assim; se refletirmos sobre uma variedade de ajustes legais e institucionais que afetam as relações capital - trabalho - participações nos lucros - co-gestão entre outras - vemos que o próprio sistema capitalista se volta para formas cooperativas. Supõe-se que estas formas aumentam a produtividade e a competitividade, pela percepção do operário de que algo do fruto de seu esforço volta a ele sob esta forma.

Geert Hofstede⁴⁸, um antropólogo holandês, sugere que estes valores são parte de uma verdadeira *programação coletiva da mente*, quer dizer a relação meio simbiótica é construída.

É através da cultura e dos valores, segundo o mencionado autor, que as sociedades dão sentido ao seu ambiente, organizando a vida em torno de símbolos e mitos particulares. Central a esta programação é a transmissão de valores e preferências por um estado de coisas e não por outro. Estes valores são verdadeiras prioridades para selecionar e implementar determinados códigos de comportamento em vez de outros; o ato de priorizar implica cometimentos emocionais, que emergem de um longo processo de aprendizado desde a infância, onde apreendemos e codificamos em nosso consciente e quem sabe no inconsciente, que certas formas de vida são aceitáveis e outras não. E daí advêm os preconceitos com que convivemos.

A idéia de Pátria - a Nação-Estado - tem um misto de cultura, e etnia, de formação política e organização territorial, mas tem um conteúdo místico considerável que determina nossos comportamentos em muitos casos, como salienta Marcelo Escobar⁴⁹; qualquer um de nós morreria

pela Pátria, defendendo seu Território. É importante ressaltar que a idéia de Pátria, de Nação-Estado, se ajusta mais à idéia de equidade social e territorial, pois contém o conceito de igualdade entre todos; equidade e eficiência são opções neste contexto, a primeira reiterando o conceito de Nação-Estado, a segunda relaxando este conceito, dando prioridades a questões econômicas, que levam à privatização de uma variedade de atividades e empreendimentos.

É curioso observar que este estudo de Hofstede foi feito em resposta a uma questão colocada por uma grande empresa multinacional que procurava entender por que algumas instruções e fatos enviados pela direção central da empresa produziam resultados diferentes ao serem recebidos por altos funcionários da empresa, em diferentes ambientes culturais e mesmo políticos. Claro que a resposta era porque cada um entendia as instruções segundo seu sistema de valores, reiterando a idéia de que o importante não é o fato em si mesmo, mas a versão de cada um deste mesmo fato.

A organização territorial e as ligações não funcionais com o Território fazem parte deste sistema de valores que coletivamente aprendemos e individualmente codificamos em nossas mentes.

Esta é, portanto, uma primeira perspectiva em que colocamos a questão do território, o lugar onde moramos, diferente do Mundo, o lugar onde vivemos.

Ela é perceptiva, isto é, como percebemos o território e como a idéia nos afeta.

Mas o Território tem outras conotações, como veremos;

b) Uma ótica organizativa;

A organização territorial de um país - que se relaciona a um nível intermediário - diz respeito mais às suas

tradições históricas e culturais, à sua dimensão e conformação territorial propriamente dita, à dimensão de sua população e à inércia de uma organização inicial ou anterior, esta última muito forte porque afeta interesses estabelecidos e menos à forma eficiente que estes territórios - e recursos - podem ou poderiam ser administrados. Esta conexão verdadeiramente telúrica com o território tem tornado a organização territorial numa estrutura rígida, difícil de mudar.

Até o fim do século passado, a posse da terra e/ou de um dado território, quer dizer, basicamente o solo agrícola ou recursos do subsolo, eram a questão fundamental para a sobrevivência de pessoas e países; e as conquistas e expansão territorial faziam parte integrante da geopolítica da época, pois a população do Mundo vivia do que a Terra produzia e o crescimento da produção de alimentos era função da extensão e expansão da área cultivada, vale dizer do Território na linha da teoria de Malthus; e ainda hoje este lado do problema é de enorme importância, mas a grande preocupação atual é com o gerenciamento do subsolo (as matérias-primas) - o carvão, o petróleo, os minérios e até as profundezas do mares; estes recursos têm sido, por quase toda parte, concedidos a grandes empresas transnacionais, sem necessidade de conquista territorial. Isto faz uma grande diferença não só nas relações internacionais, como no significado telúrico do Território.

O que importa hoje é o grau de cientificismo e de tecnologia com que estes recursos são tratados e isto inclui também o solo; o crescimento da produção de alimentos é muito mais de tecnologia no solo, nas sementes, e no armazenamento e na conservação destes mesmos alimentos, que destrói uma das premissas de Malthus, de que a produção de ali-

⁴⁸ op. cit.

⁴⁹ op. cit., p.83-102.

mentos crescia aritmeticamente, com a expansão da área cultivada. Isto significa uma mudança radical no significado da terra, que é agora menor que a tecnologia e o capital usado na produção. Ser proprietário da terra, no processo mais moderno e tecnologizante, é menos importante que ser proprietário de capital (ou capaz de tomá-lo emprestado) e de máquinas agrícolas sofisticadas.

Um exemplo brasileiro ajudaria a entender melhor a questão do significado intrínseco do Território, inclusive porque a questão é extremamente dinâmica e muda ao longo do tempo; no primeiro semestre de 1987 em artigo na Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História⁵⁰ sobre a Divisão Territorial do Brasil eu sugeriria que ela era importante, naquele momento, não em si mesma, mas pelo que significava

- *de participação adequada das Unidades Federadas no processo de decisão político-econômico-nacional;*
- *ao mesmo tempo e quase como corolário uma participação adequada nos frutos deste mesmo processo de desenvolvimento econômico, hoje fortemente concentrador;*

Isto significa que estas decisões devem ser tomadas levando-se em conta, também, os interesses econômicos destas unidades, que podendo ser contraditórios, acabam por ter um conteúdo social. Este é o significado profundo da própria idéia de Federação.

E acrescentava que *não se pode conceber uma Nação política e socialmente estável e coerente, sem que as unidades territoriais e as populações que elas abrigam participem das decisões fundamentais e sem que elas recebam sua parcela do processo global. Não por muito tempo.*

Ainda considero esta afirmativa verdadeira, mas os grandes temas nacionais hoje em dia são abertura econômica, modernização/privatização, *com diminuição do papel do Estado* (que acarreta menor importância à questão da divisão territorial); e neste contexto ainda, maior ou menor (ou pelo menos igual), uma disputa pelo poder deliberativo dos Estados mais desenvolvidos no próprio número de representantes na Câmara dos Deputados, como discutimos naquele artigo e em outro publicado na Revista Brasileira de Geografia⁵¹.

A diminuição do papel do Estado dá mais força aos Estados mais desenvolvidos e às suas grandes multinacionais, pois privilegia o poder econômico. Mas esta é uma visão da questão interna ao Brasil, ainda que subordinada ao quadro internacional.

Mas para isto precisamos colocar estas questões, especialmente a questão do significado do Território e da organização territorial em diferentes perspectivas, começando agora não em um prisma ideológico, mas cultural.

Esta é **uma** segunda perspectiva em que colocamos a questão do Território. **Ela é essencialmente organizativa;** e geográfica, a mais próxima possível do conceito de espaço, pois este é última instância, uma forma de organizar o território.

E esta é a questão mais séria que o Mundo de hoje enfrenta, reconciliar as intensas demandas dos sentimentos nacionais e de suas instituições, com a necessidade de que o intenso consumismo e a competição acabaram por gerar, em termos de um uso mais eficiente destes recursos, ameaçados de exaustão por este mesmo consumismo desenfreado.

c) **Uma ótica estrutural;**

Mas estes desafios são de natureza global - na verdade a Terra como um todo é o grande desafio -, embora também de natureza muito local, pois a geografia viveu sempre dividida entre estas duas grandes escalas de análise ou concepções de vida. Como enfrentar estes problemas e como decidir? Afinal, o Território além de seus traços perceptivos, até telúricos, tem um valor econômico-estrutural e este tem um significado enorme na economia e na organização do espaço.

Brian Berry, ao discutir a geografia econômica global⁵² e as suas transformações a partir de 1989 com o colapso do socialismo e o fim da Guerra Fria, sugere que um novo paradigma é necessário para explicar de um lado as vantagens competitivas de certas nações nos mercados globais; e de outro lado como algumas outras nações, sob a pressão da globalização, procuram reiterar e reforçar tradições culturais profundamente enraizadas, para manter estas mesmas tradições e sua distintividade no amplo e avassalador quadro da globalização, nem mais da internacionalização.

Com isto deixam de ser igualmente competitivas, mas constituem um poder competitivo no plano político. Substituem a competitividade nos mercados por uma reafirmação de *identidade e distintividade*, que implica preferências mais que em competição. Neste sentido o conceito de Nação-Estado é importante, pois tende a impedir sua própria desrupção como realidade objetiva e como conceito.

Na verdade, nesta economia altamente competitiva desapareceram as antigas vantagens locais comparativas, pois a mobilidade de quase todos os fatores e principalmente do capital muda estas vantagens a cada momento.

⁵⁰ FAISSOL, Speridião. Divisão territorial do Brasil: conveniência política, econômica e social e critérios gerais para sua revisão. *Revista Geográfica [del] Instituto Panamericano de Geografia e História*, México, D. F., n. 105, p. 24-51, ene./jun. 1987.

⁵¹ FAISSOL, Speridião, LOPES, Cláudia Cerqueira, VIEIRA, Sebastião. Organização territorial e/ou uma geopolítica da população: qual o desafio para o próximo milênio? *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 75-96, out./dez. 1992.

⁵² op. cit.

É por isso que quando se fala em globalização fala-se ao mesmo tempo na competitividade, que pode ser, também, especialização em atividades as mais competitivas em cada lugar, que significa também complementaridades.

A diferença entre uma visão globalizante e não-globalizante é que as complementaridades, no segundo caso, não são definidas por simples eficiência produtiva, mas por verdadeiras vocações nacionais ou regionais (ou por decisão política interna ao Estado-Nação) e também, por que não, pelo tal espírito de cooperação descoberto e observado por Kropotkin nas geladas plagas da Sibéria e presente entre muitas sociedades primitivas africanas, asiáticas e mesmo americanas. Os "Kibutztes" Israelenses são formas altamente civilizadas de cooperação e de trabalho integrado, numa forma parecida com a que Kropotkin também sugeria.

Esta é outra perspectiva em que podemos colocar a questão do Território, no contexto do processo de globalização: *Ela é uma perspectiva política* e significa discutir as relações de poder ligadas, ao mesmo tempo, à população e ao território que ela ocupa e/ou administra. Esta é a perspectiva que contempla o Território como um instrumento de Poder/Riqueza, pelo seu conteúdo de recursos.

Esta perspectiva política nos faz voltar à questão da unidade cultural/povo/território -, pois nela está embutida a noção que Marcelo Escobar descreve como de *âmbito terrestre delimitado de exercício excludente de poder* (p.88)⁵³, isto é, o domínio e soberania sobre um Território; e aí observa-se que o quadro de desagregação de Estados/Países que não se tornaram Nações-Estados - União Soviética e Yugoslávia são talvez os mais recentes e divulgados exemplos se explica, em grande parte, pelo fato

de que, na sua formação, se esqueceram da importante simbiose *Estado/ território/cultura/povo/nação*, que é a essência distilada através dos tempos da própria concepção do que seja a geografia política e geopolítica. O *pays* de Vidal de La Blache era concebido como uma unidade espacial integrada sobretudo por um processo histórico de identificação cultural homem-meio, de certa forma aquela simbiose povo/território, mas não nação, pois guardava uma fidelidade à nação França.

As conquistas territoriais, no caso da União Soviética e Rússia Imperial e muitos outros, ou as derrotas na Guerra, no caso da Yugoslávia, Alemanha, Império Otomano e muitos outros, não destroem estas verdades nacionais/étnicas/religiosas, como os acontecimentos de 1989 para cá estão demonstrando. É que conquistas territoriais pela força e opressão político-cultural sempre andaram juntas. A África e mesmo a Ásia estão cheios de casos semelhantes, de menor repercussão internacional. Por outro lado quando Bismarck fez a unificação dos povos germânicos, com uma identidade nacional forte, nem a divisão em dois países que a Segunda Guerra Mundial produziu foi capaz de manter as duas Alemanhas separadas por muito tempo.

O que isto significa é que existe um povo - pode ser o povo brasileiro, ou o argentino, ou o alemão -, uma Nação que é a cristalização deste mesmo povo já quase sempre em um dado território - a nação brasileira, por exemplo - e um Estado que também podem ser os mesmos mencionados acima, que se não forem compatíveis ou tornado compatíveis (Estado/Nação), ao longo de um dado tempo, podem se desagregar, na medida em que as forças integradoras deste mesmo Estado forem suplantadas pelas forças desagregadoras. Estas forças desagregadoras podem ser, simples-

mente, aquelas que mantêm unidas nacionalidades que foram agregadas em um Estado, contra sua vontade ou à sua revelia. Isto está acontecendo, de forma dramática, na antiga Yugoslávia, na própria Rússia, mas qualquer tentativa deste tipo no Brasil seria fadada ao fracasso (como foi na Alemanha depois da Segunda Guerra) porque as forças integradoras são poderosas e mais fortes. Existe uma consciência coletiva de brasilidade, como existe de pangermanismo, entre outros. Mas esta situação se observa na estrutura da família também, como observa Luttwak, o cientista político que mencionamos antes, sugere que, neste particular, *este país que foi colonizado por famílias está perdendo para adinâmica econômica este valor básico. Por ganância, e não há outro termo, os americanos passaram a desconhecer primos e tias como familiares. Mesmo pais e irmãos são mantidos à distância conveniente.* Revista Veja, dia 14 de junho, (p.8).

Estas considerações têm o propósito de levantar uma discussão da questão territorial - obviamente a questão da organização territorial entre nações e no interior das nações - e do papel que esta organização, especialmente no interior das nações, aparece como um desafio para o próximo milênio; o Território é um dos símbolos da Pátria e sua inviolabilidade é a cristalização da soberania nacional, mas a cultura é outro igualmente importante e se manifesta na estrutura vertical da sociedade; mas ao procurar associar a idéia do tamanho do Território com uma noção de Poder pretende levantar, também, a questão de como a globalização parece estar tendendo a fazer submergir a idéia das territorialidades, por uma estranha sensação que alguns geógrafos humanistas e transcendentalistas de língua inglesa estão denominando de *placelessness*, como salientamos em artigo re-

⁵³ ESCOBAR, Marcelo. Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 342 p., p. 83-102.

cente⁵⁴; que é uma sensação de não pertencer a nenhum lugar, talvez originado pela massificação metropolitana/cidade mundial que gera uma espécie de alienação pela universalização das *coca-pepsi-colas*, *hamburgers*, *jeans*, *minissaias* e *música pop* e certamente algumas variedades homogeneizadoras e despersonalizantes desta mesma coisa, fruto, quem sabe, da intensa globalização, da perda de certos valores e da aquisição de outros. Alienação que elimina a consciência de origem no indivíduo; ao contrário, a tradição grega e depois a árabe antiga denominava o indivíduo pelo nome do pai e do lugar onde tinha nascido, querendo dizer com isso a importância tanto do lugar como da estrutura familiar/social que existe em seu interior; uma é inseparável da outra. Hoje não existem mais Thales de Mileto nem Aristarchus de Santos, nem Ibn-Batutas, que caracterizaram a filosofia grega e árabe de antes e depois de Cristo.

Um simpósio realizado na Universidade de São Paulo *O Novo Mapa do Mundo* sob a coordenação de Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Monica Arroyo, de 1 a 5 de setembro de 1992, discutiu uma variedade de assuntos relacionados à questão territorial⁵⁵. Tal estudo foi divulgado em quatro volumes e com algumas dezenas de artigos, muitos dos quais discutem a questão territorial, a globalização, enfim muitas das tendências supranacionais, mas não entrou no exame das questões internas ao Brasil, nem as colocou numa perspectiva mundial. Talvez porque o Simpósio tratava do *Novo Mapa do Mundo* e as questões mais críticas eram a nível global.

Isto não quer dizer que não haja situações politicamente distorcidas,

socialmente injustas, territorialmente inadequadas e de difícil manejo e administração.

Esta é a última perspectiva, *estrutural*, em que podemos colocar a questão da organização territorial, uma estrutura de poder misto população e território, pois implica a forma que populações e áreas participam dos fóruns Poder e de decisão política, que nos leva ao item que segue, em que ressaltaremos as questões relativas a este Poder propriamente dito, e ao jogo de Poder que emoldura o processo de globalização e de construção da Sociedade Global.

O Poder e as Relações de Poder: População e Território; a Cidade Global Transacional: a Concentração de Atividades

O que entendemos como Poder neste artigo e neste capítulo é uma combinação de Poder real, como traduzido pela força econômica e eventualmente militar - e aí pode ser um país ou bloco regional ou um grupo de empresas multi ou transnacionais, com interesses comuns, embora competitivos -, e um poder potencial, como traduzido pela existência de riquezas naturais abundantes e valiosas, ou mesmo uma população capaz ou potencialmente capaz de agir de forma altamente eficiente no sistema mundial, ou ambas as coisas. Mas mesmo genérica, deste modo, esta definição de Poder, ou qualquer outra é insuficiente e imprecisa, pois o poder contém uma parcela bastante grande de subjetividade, apesar de

se fazer sentir, sempre de uma forma bastante objetiva.

Mas este Poder não é nem absoluto nem imutável, tanto que desde a Segunda Guerra e mais claramente nestes últimos vinte anos, as relações de poder no mundo mudaram muito. Braz de Araújo et al.⁵⁶, ao discutir a posição dos Estados Unidos e Japão na nova ordem mundial, e segundo Samuel Huntington⁵⁷ mostra que *Em relação à distribuição de poder pode ser observado o relativo declínio do poder americano, a ascensão japonesa e europeia, a desagregação da antiga União Soviética e o aparecimento de poderes locais no chamado Terceiro Mundo*⁵⁸ (p.139), que criaram uma nova superfície de Poder no mundo. Huntington sugere que, a despeito de uma tendência multipolar, os Estados Unidos são a única potência capaz de defender seus interesses em escala global - daí ser o campeão da globalização -, mas Araújo sugere o conceito de *unimultipolar*, que é contraditório em si mesmo, mas verdadeiro, pois reflete o grande poder dos Estados Unidos, mas não uma *Pax Americana*.

Voltaremos ao assunto mais adiante, mas há que distinguir, nesta ordem e no contexto da globalização, alguns parâmetros essenciais de referência:

- em primeiro lugar, como já tínhamos observado, os interesses nacionais das potências hegemônicas - Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, etc., que são essencialmente globalizadoras, têm economias competitivas e de alta tecnologia, e possuem excedentes de capital; a defesa destes interesses nacionais inclui, em larga medida, os interesses das grandes corporações e multinacionais

⁵⁴ FAISSOL, Speridião. Geografia humanista: el camino para un geografía mas humana? *Paisajes Geográficos*, Quito, v.12, n.27, p.29-43, 1993.

⁵⁵ SANTOS, Milton et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 1994. 342p.

⁵⁶ ARAÚJO, Braz José de et al. Estados Unidos e Japão na nova ordem mundial. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 1994. 342p., p. 139-150.

⁵⁷ HUNTINGTON, Samuel P. Americas changing strategic interests. *Survival*, London, v. 33, n. 1, p. 13-16, jan./feb. 1991.

⁵⁸ op. cit., p.139.

sediadas nestes países, que por serem fortemente democráticos sofrem as influências dos grupos de pressão internos junto à opinião pública e ao Congresso;

- a seguir os interesses nacionais das potências emergentes - Brasil, México, Argentina, Tigres asiáticos, entre muitos outros (a Semiperiferia enfim), que são, em grande medida, também globalizadores e com economias relativamente competitivas; isto especialmente em alguns setores, uns mais outros menos, e que têm ainda necessidades de investimentos externos, portanto dependentes de capital; estes países são mais ou menos democráticos, uns mais outros menos, e as pressões internas e externas se realizam mediante negociações mais ao nível diplomático, embora com alguma participação da opinião pública. Esta maior participação da opinião pública torna as decisões mais estáveis e permanentes e no caso brasileiro este é um dos pontos positivos; e
- e por fim os interesses dos países sub e em desenvolvimento em geral, que são globalizados, uns mais e outros menos e cujas economias são fortemente dependentes dos preços do mercado internacional e baseadas em produtos primários; estes países têm necessidades prementes de investimentos externos, embora os seus chamados “interesses nacionais”, levados à exacerbação pelos nacionalismos locais / regionais, dificultem estes investimentos. Neles a definição de interesses nacionais é essencialmente, elitista e sem maior participação da opinião pública. Estes países e suas economias são altamente concentradoras, política e economicamente, e seu processo político é pouco democrático, com frequência autocráticos.

Mas não há de se esquecer o Poder de blocos de países, tipo OPEP que uma vez quase teve o mundo nas mãos

e o perdeu, ou tipo Mercado Comum Europeu, agora o NAFTA, na América do Norte, que tem a força de um grande mercado; esta é uma tendência que se generaliza, pois as disputas por Poder se acirram.

É em função desta divisão do peso dos interesses nacionais diversificados e por vezes conflitantes, que o atual processo de globalização se desenvolve sobre esta superfície de poder, que, como indicamos acima, opera primeiro numa grande divisão tipo Núcleo/Periferia - e com ela os países hegemônicos -; e depois em “poderes locais do chamado Terceiro Mundo”, que acabam diversificando este antigo Terceiro Mundo em uma Semiperiferia, como sugerimos acima, que compõem esta nova superfície de poder e uma extensa e muito povoada periferia que a completam.

As relações entre estas várias partes não são nem homogêneas e regulares, nem muito menos estáticas e se refletem nos acordos e blocos regionais e principalmente no conhecido Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), que regula o comércio mundial e é o mais forte instrumento político/legal da globalização. É a conhecida abertura das economias nacionais ao comércio mundial e à globalização.

Ainda se deve considerar os blocos não formais que dizem respeito diretamente à questão da predominância dos interesses dos países hegemônicos (e/ou das empresas multinacionais neles localizadas), que com o caso do inimigo comum Socialista, gerou uma retomada das disputas entre os países capitalistas, com uma disputa tripolar EE.UU., Japão, Comunidade Européia. Esta segunda contradição ainda leva a forte disputa interna entre a tendência a globalização, forte e absorvente, e as autonomias relativas (ou não) dos Estados centrais, que agravam a disputa por Poder.

Na verdade, esta é uma primeira contradição existente no bojo deste processo: o crescimento das desigualdades - que leva a outros problemas, como o *boom* demográfico periférico e a pressão migratória Norte-Sul (México, África e já agora Ásia); além disso os problemas da miséria e fome no Sul, todo o conjunto de problemas ambientais, que em conjunto constituem um gigantesco desafio ao *boom* desenvolvimentista geral.

Os Estados Unidos são um exemplo de grande potência, o Mercado Comum Europeu de grande bloco regional e as grandes companhias de Petróleo (Standard Oil, Texaco, Shell, etc.), a indústria automobilística (General Motors, Volkswagen, Mitsubishi, Renault, Citroën), entre outras, são exemplos; elas, em geral, têm um poder econômico muito grande; Brian Berry⁵⁹ mostra que se multinacionais e países forem hierarquizados em termos de suas vendas ou pelo PIB, a metade dos 100 mais altos seriam multinacionais e as restantes seriam nações-estados (p.229), e isto significaria que cerca de uma quarta parte dos bens produzidos nas economias de mercado do mundo inteiro seria produzida por multinacionais; as 500 maiores multinacionais do mundo estão localizadas em 19 grandes centros metropolitanos, 10 dos quais nos Estados Unidos, nenhuma no Brasil, mas uma na Coreia; quanto a países a Holanda, o Japão, a Alemanha, são outros exemplos, o Kuwait, a Arábia Saudita são outros de realidades e potenciais de poder, de diferentes dimensões, da mesma forma que a China e a Índia, cada uma por razões que são óbvias.

Na Introdução chamamos a atenção para o fato importante de que a grandeza de um país ou o seu Poder - vale dizer o complexo Território/Povo/Nação/Estado/Instituições - tinham papel extremamente importante tanto no processo de globa-

⁵⁹ op. cit., 229.

lização em si mesmo, como na receptividade ao mesmo, pela via do funcionamento de forças centrípetas importantes a nível nacional e centrífugas a nível internacional.

Estas forças centrípetas, a nível nacional, predominam a partir de um estágio mais adiantado de desenvolvimento, em que o país (especialmente um país de população numerosa e de larga extensão territorial, naturalmente diversificados) começa a participar do processo de interdependência global.

Estas forças centrípetas não agem, necessariamente, no sentido de diminuir a coesão nacional interna do país, que como o Brasil, Argentina, México ou Estados Unidos, por exemplo, têm um sentido de unidade bastante forte, mas têm interesses e subculturas regionais que constituem elementos importantes nas relações internacionais e no próprio processo de globalização, às vezes contra às vezes a favor. Um exemplo, em relação aos Estados Unidos, é o fato de que o Partido Democrata e o Governo americano, quando este Partido está no Poder, sofre muito a influência de uma massa de eleitores de origem Mexicana ou Centro-Americana, nos estados da fronteira com o México ou na Flórida, e por isso cultiva uma política de aproximação com o México, muito responsável pelo tratado do NAFTA e muitas outras formas de colaboração com o México e América Central.

Este Poder, entretanto, está indissolúvelmente ligado ao complexo Povo/Território como indicamos acima, especialmente associado a interesses e soberania nacionais e neste particular as Instituições têm um papel decisivo: sistema democrático, livre iniciativa basicamente privatizada, economia aberta, todos contribuem para uma discussão ampla das questões e maior perenidade às

decisões. Tanto que Otavio Ianni observa, neste sentido⁶⁰, que *Cabe observar que diferentes setores das sociedades nacionais, periféricas e centrais, ao sul e ao norte, orientais e ocidentais, ajustam-se prioritariamente à idéia de sociedade nacional, estado-nação, soberania, projeto nacional*, p.69.

É claro que a idéia de interesse nacional, projeto nacional, soberania, estado-nação são sentimentos que percorrem todo o espectro de nações, independentemente de seu tamanho, nível de desenvolvimento, culturas, etc., pois fazem parte do conjunto de sentimentos que temos codificados em nossas mentes, como intuitivos, quase inerentes à espécie humana - o sentido da territorialidade -, que discutimos no capítulo anterior. Mas parece-me que se deveria fazer uma distinção entre países e economias globalizadoras e globalizadas (como assinalamos na Introdução), pois a observação de Ianni seria mais aplicável aos países e economias globalizadas que usam a idéia e conceito como defesa. O sentimento arraigado do "interesse nacional", como vier a ser definido e aceito em cada país, funciona como uma espécie de defesa de uma certa falta de autoconfiança na capacidade nacional de resistir aos impulsos da globalização, sem perder sua independência econômica e até mesmo a própria identidade.

• A Inglaterra, por exemplo, sempre tem resistido à idéia de uma moeda comum na Comunidade Européia, porque a Libra guarda uma relação muito estreita com a própria identidade inglesa e o prestígio imperial britânico. No jogo das grandes potências a questão parece um pouco diferente, se bem que entre elas a questão dos interesses nacionais também se apresenta forte, como o exemplo acima sugere. A

disputa de valor entre o dólar, o iene e o marco alemão são elementos importantes no jogo das grandes potências. Braz José de Araújo et alli.⁶¹, na discussão do papel dos Estados Unidos e Japão na nova ordem mundial, observa o relativo declínio do poder americano, a ascensão japonesa e européia, a desagregação da antiga União Soviética e o aparecimento de poderes locais no chamado Terceiro Mundo. Mas a despeito disso alguns autores sugerem que mesmo considerando o papel ainda dominante dos Estados Unidos, o mundo caminha para um sistema multipolar, com a existência de diferentes pólos e recursos de poder, inclusive ao nível das multinacionais. Samuel Huntington⁶², um cientista político norte-americano, observa que os Estados Unidos são a única superpotência capaz de defender seus interesses em escala global, num sistema que Braz José de Araújo chama de *unimultipolar*. Na Introdução colocamos a idéia de que há que distinguir, no contexto da globalização, os interesses nacionais das potências hegemônicas - Estados Unidos, Japão, Alemanha, etc., e os interesses nacionais das potências emergentes - Brasil, México, Argentina, Tigres asiáticos, entre muitos outros (a Semi-periferia enfim) -, uma verdadeira escala de Poder, bem como os dos sub e em desenvolvimento em geral. O que isto quer dizer é que numerosas questões, num dado país, podem sensibilizar a percepção do que afeta ou não a soberania nacional, enquanto este mesmo problema/questão para outro país não tem maior significado. Por exemplo a pesca da lagosta na plataforma continental brasileira por pesqueiros franceses, ou a invasão deste mar continental do Panamá por pesqueiros japoneses ou eu-

⁶⁰ op. cit., p.69.

⁶¹ op. cit., p.139-150.

⁶² op. cit.

ropeus, provocam sentimentos de ira nacional, como atentado à soberania nacional; barcos portugueses pescando bacalhau no litoral da Noruega são simplesmente afastados, sem maiores susceptibilidades, e o mesmo acontece em muitas situações semelhantes.

Naquela Introdução ressaltávamos que a globalização é um processo que põe uns em frente aos outros países de diferentes hierarquias de poder, mais os interesses multi e transnacionais de poderosas empresas multinacionais e países e empresas de fraco poder de barganha. Um grande jogo de poder em que as *distintividades* entram de forma particular, mas na qual a questão gira em torno de blocos de Poder.

Por exemplo um país como o Canadá, com a Província de Quebec conhecidamente separatista, mantém-se unido para não se enfraquecer perante os Estados Unidos, o que significa que o interesse nacional sobrepuja tendências centrípetas fortes, que tenderiam à desagregação. Da mesma forma as duas Alemanhas se uniram para responder a um forte sentimento pan germânico e a um interesse nacional importante: o de mantê-la uma grande potência européia. Mas os países árabes do Oriente Médio não se unem, porque o sentimento pan-árabe não é suficientemente forte, porque os interesses de poder entre grupos e seitas - na verdade por sobre uma união religiosa existe uma desunião étnica - são muito conflitantes e finalmente porque, neste momento, não interessaria aos grandes blocos de poder atuais um outro poder emergente rico em petróleo. A ameaça de formação de um Poder Iraquiano/Kuwait pela força, foi respondida por uma guerra de todos contra um. É isto que significa esta grande superfície de Poder: lutam entre si por mais Poder e se unem quando uma ameaça ao Poder de todos é ameaçada.

Por outro lado - de certa forma seguindo uma linha dos modelos gravitacionais - estes países de maior Poder, com território, população grande e economias fortes, funcionam como acionadores de forças centrífugas, fazendo economias de menor força gravitarem em seu campo de poder. A América Central é um exemplo deste campo de forças; durante a Guerra Fria o incidente dos mísseis Soviéticos em Cuba e o domínio Sandinista/Marxista na Nicarágua, a despeito de que foram confrontos militares, tinham base estratégico-econômica. A Guerra do Golfo foi outro episódio de base econômica, que provocou conflito militar (ver o comentário logo acima); em todos os casos se tratava de um jogo de Poder.

A questão População/Território afeta - na verdade, como salientamos, uma posição na escala de Poder - o processo de globalização em si mesmo porque afeta a posição do país e de sua economia ao estar contribuindo para ou estar sendo levado à globalização. E aqui parece-nos relevante assinalar que não se trata de uma dimensão demográfica ou territorial numérica simplesmente, mas que estamos usando como uma *proxy* para a intensidade do comércio e portanto ponderada por parâmetros específicos, inclusive institucionais. A Holanda ou a Suíça são uns países pequenos, de economia forte, pelo seu capital humano, inclusive por serem de algumas grandes multinacionais; e o Kuwait pelos seus recursos em petróleo.

Abelardo Morales⁶³, ao falar das mudanças estratégicas havidas no sistema internacional, sugere que *A consumação de tais mudanças estratégicas, mostra em definitivo, que o poder no sistema mundial não corresponde tanto à antiga combinação de extensão territorial, população e recursos militares, e sim ao contrário suas dimensões a ser cali-*

bradas em função do desempenho econômico dos países. p.7.

A percepção que cada um de nós tem de um país como a China ou a Índia é diferente da que temos de um país como o Brasil ou o México. Uma diferença fundamental, deixando de lado as questões culturais, é o tamanho da população. A China difere fundamentalmente do Brasil e mesmo do Japão pela sua dimensão populacional. Mas existem outros aspectos importantes no que se refere à população, de natureza qualitativa, aos quais voltaremos mais adiante.

De outro lado é importante examinar a questão do tamanho do território, que é uma *proxy* para recursos naturais, com uma diferença por se tratar de recursos existentes e potenciais. Uns e outros existem na superfície da terra, distribuídos de uma forma mais ou menos aleatória, não respeitada apenas por determinados parâmetros geológicos-estruturais, tipo Petróleo, em algumas estruturas específicas e que fazem deste recurso um caso muito particular. Estamos nos referindo ao Oriente Médio, onde existem estruturas geológicas que deram origem a reservas imensas de petróleo, que provavelmente muito contribuíram para a pulverização de países, assim enfraquecidos pelas disputas entre facções, para facilitar o domínio político-econômico da região por partes das grandes potências.

Um país é constituído de um território e de uma população e dentro do país áreas menores subnacionais e populações regionais em várias escalas representam unidades político-administrativas intermediárias. Isto significa, obviamente, uma estreita relação de poder homem-território, diferente da relação homem-meio que é homem-espaço.

Esta última se caracteriza bem a um nível global - Vamos salvar a Terra - e um nível microrregional, onde elas aparecem como fundamentais na

⁶³ MORALES, Abelardo. *Poder y ordem mundial*. Programa Costa Rica. [S.l.]: Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. 197p., p. 7.

questão do equilíbrio ecológico, lá onde o homem mora e trabalha. Esta relação homem-espaço se constrói sobre princípios econômicos e significa a organização e o ordenamento do espaço; já a relação homem-território se constrói sobre princípios da geografia política, da política propriamente dita e de necessidades administrativas deste processo político, freqüentemente a um nível de organização superior, tipo Município/Estado. Ela ocorre a um nível intermediário, mesorregional, quando ele contém uma certa parcela de autodeterminação e portanto um conteúdo claro de poder político-administrativo. O espaço não contém, necessariamente, nem uma parcela de autodeterminação que o território contém, nem o poder político administrativo.

Mas a questão do território vai além deste conteúdo de riqueza; o ser humano tem um sentido de territorialidade, como temos salientado - que vai muito além do conteúdo de "interesses nacionais" é óbvio, pois ele tem sua base de existência num dado lugar, aquilo que Milton Santos chamou de "lá onde a gente mora" e trabalha; mas este sentido de territorialidade assume a forma de uma territorialidade específica, algo parecido com o que os etólogos chamam de imperativo territorial nos animais. Mas estas relações, no caso do ser humano, assumem uma natureza transcendental, como na frase de uma canção de John Denver que diz: *Country road, take me home to the place where I belong* ou aquele provérbio africano de se apontar para a cidade natal com a mão direita e não com a esquerda, como mencionamos antes, e são, tanto de natureza pessoal/cultural e não necessariamente funcional, mas são incorporadas na consciência coletiva.

Um dos "lugares" mais importantes neste processo é a cidade, ou mais precisamente a grande cidade - a

cidade mundial -; ela é a fábrica dos dois mecanismos em que a globalização se desdobra: o produtivo inovador e o consumidor, pelo efeito demonstração. Mas ela, por outro lado, despersonaliza o indivíduo, perdido na massa populacional concentrada e no burburinho urbano, e tende a eliminar a antiga relação homem-lugar, tão rica de conteúdo.

A natureza do processo de globalização e de formação da Sociedade Global é urbano/metropolitano, como já havíamos mencionado logo na Introdução; mais que isto ele se situa no segmento superior - setor quaternário superior da cidade, o técnico-científico de Milton Santos⁶⁴, se assim podemos chamar -, que é onde se encontram os serviços e facilidades de todo tipo que caracterizam este processo de globalização; estes serviços às vezes nem são operados em escritórios mas diretamente de casa, por via de microcomputadores e programas extremamente sofisticados de comunicação. É aí que reside a prática e o conceito da cidade mundial, centralizadora e absorvente. Como observaram Luiz Cesar Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior⁶⁵ p.14, existem dois macroprocessos operando nestas grandes cidades e que têm conseqüências diferentes, inclusive no quadro nacional onde elas operam:

- em muitos casos, o papel da grande metrópole nacional é o de acomodar a expansão do processo produtivo internacional, e neste caso, e com freqüência se opera uma certa transferência de tecnologia, que gera progresso técnico e produtivo, que pode até alcançar metas redistributivas de renda.
- em outros casos a função é menos nacional e mais global, e refere-se à operação do mercado financeiro e do capital especulativo e de toda a gama de serviços a ele associados.

Algumas cidades e países se transformam em paraísos fiscais extremamente sofisticados, de onde se comandam operações financeiras ao redor do mundo, altamente especulativas, com moedas, papéis, comodidades, etc.

Ao nível nacional é a área metropolitana nacional - a cidade Mundial local - que atua nos países e grandes blocos continentais, como por exemplo São Paulo, Buenos Aires e México na América Latina, cidades que são de grandes filiais multinacionais e se constituem em grandes centros financeiros regionais, mas com poder de decisão limitados. De novo é a crise do México e seus desdobramentos que pode ser exemplificada, pois foi uma súbita desvalorização do peso adotada pelo Governo do México (será que induzida por pressões do capital internacional?), que causou enormes prejuízos a investidores internacionais com capitais especulativos aplicados no México; para cobrir estes prejuízos, capitais aplicados no Brasil, na Argentina, em Portugal e Espanha e Itália e em outros centros financeiros menores foram retirados (dinheiro especulativo, bolsas de valores que reagem imediatamente, aplicações em moedas fortes) para cobrir tais prejuízos, deflagrando crises pelo Mundo afora, afetando a estabilidade do próprio dólar. Naturalmente o peso Mexicano se desvalorizou muito mais que o esperado ou pretendido pelas autoridades Mexicanas, com graves prejuízos para a população. É curioso observar que a crise de 1982 - o famoso Setembro Negro no México de novo, foi o estopim da grave crise daquele ano, ao se declararem impossibilitados de pagar suas dívidas externas (quase o mesmo problema de agora, com a diferença de que naquela época houve uma crise de liquidez no México, que tornou necessária a moratória, enquanto agora segundo

⁶⁴ op. cit., p.15-22.

⁶⁵ op. cit.

informa Maria Conceição Tavares a crise é de excesso de dinheiro (os famosos trinta trilhões?) que fez desvalorizar o dólar e levou de roldão outras moedas, inclusive o peso mexicano, que teve sua capacidade aquisitiva reduzida à metade em noventa dias.

Nestas grandes cidades mundiais o sistema funciona de duas maneiras:

Em primeiro lugar as grandes multinacionais com filiais nestas cidades (mesmo que tenham fábricas em outros locais) que têm poder limitado sobre as decisões de investimentos adicionais; e este poder é limitado até em decisão sobre reinvestimentos dos lucros gerados na filial ou sua remessa para o exterior. Portanto, o poder real de decisão continua fora do país, com as grandes multinacionais.

Em segundo lugar as filiais do sistema financeiro - os grandes bancos multinacionais - que têm autonomia de aplicação para uma parcela de recursos gerados nestas filiais, e que têm apoio de suas sedes nestas decisões. Mas os recursos repassados a estas filiais, por suas matrizes, já vêm com destinação certa e decididos pela Matriz.

Na verdade, a maior parte dos executivos destas multinacionais ou são estrangeiros - do país de origem da multinacional ou de países do Primeiro Mundo e em menor escala da Semiperiferia ou nacionais, que em geral são treinados no sistema. Ver a pesquisa de Geer Hofsted que citamos⁶⁶ em que, em muitos casos, instruções genéricas da Matriz de uma multinacional têm interpretações diferenciadas, em diferentes regiões do Mundo, com padrões culturais diferentes.

É claro que esta cidade mundial continua sendo uma metrópole nacional importante, com importantes funções de articulação e coordenação no país e mesmo nos países mais próximos de sua esfera de ação; São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires para a América do Sul, cidade do México para o México e América Central (diminuída pela presença de Miami, Los Angeles e mesmo Nova Iorque relativamente próximas).

Michael Storper⁶⁷ observa que *O sistema, em seu conjunto, tinha outra contradição básica. Ele tendia a criar uma ou algumas poucas cidades-regiões gigantescas onde uma grande parcela do produto, industrial e de força de trabalho nacionais seriam concentrados, em detrimento de outras regiões que liberavam, para os principais centros industriais, contingentes de migrantes rurais em busca de trabalho sub-remunerado*, p.31. Este é um processo que Vidal Villa⁶⁸ descreve como levando a criar periferias nos centros e centros nas periferias. Quase todas estas cidades-regiões gigantescas possuem extensas periferias de população pobre.

O primeiro item da descrição acima das funções do sistema urbano - o das metrópoles da *core area* para as metrópoles da periferia se enquadra especificamente ao caso das grandes metrópoles da *core area* mundial - as cidades mundiais - para os grandes centros da semiperiferia - cidades mundiais desta mesma semiperiferia -, mas obviamente com funções um tanto diferentes e subordinadas.

Esta forte concentração metropolitana tem um significado que transcende o simples crescimento populacional, dado o papel relevante que representam, no sistema urbano, as regiões metropolitanas

emergentes, em um processo de concentração e de ligações com a economia internacional, como salientam Richard Knight⁶⁹.

Segundo esta visão, no contexto de um modelo de dependência, a dependência se processa numa economia Mundial, que não é alcançada por nações, mas sim por um conjunto de mercados e unidades várias de produção, organizados e controlados pelo capital transnacional.

De fato, por trás desta noção, para uma outra que postula uma certa independência deste capital transnacional em relação a países, tanto onde as matrizes deste capital possam estar fisicamente situados, como onde, e principalmente, seus empréstimos e/ou investimentos se localizam.

Na década de 80 e mais ainda na de 90 o sistema capitalista - de uma forma mais particular o sistema financeiro capitalista - tem sido capaz de transferir recursos, de forma quase instantânea, de qualquer parte do Mundo para qualquer outra parte, ressalvadas situações particulares institucionais que impedem esta conversão de moeda.

Esta integração financeira tem uma componente espacial necessária, pois as instituições que a realizam têm uma localização geográfica e uma cadeia de agentes, igualmente localizados. Portanto, têm uma dimensão espacial clara, que chamamos de macrometropolitana.

Esta idéia da cidade Mundial, desenvolvida em numerosos estudos, é a de que esta dimensão espacial é representada por grandes centros financeiros - os mais óbvios e conhecidos são Wall Street e a City de Londres e agora Tóquio também -, que comandam a finança internacional,

⁶⁶ op. cit.

⁶⁷ STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, 426p., p. 23-64.

⁶⁸ op. cit., p.31.

⁶⁹ KNIGHT, Richard V, GAPPERT, Gary. Cities and the challenge of the global economy. In: BINGHAM, Richard, BLAIR, John P. (Ed.). *Urban economic development*. Beverly Hills: Sage, c 1984. 287p.

que por sua vez tem um papel de enorme importância no financiamento do processo de desenvolvimento econômico e social dos países carentes de capital, dos quais o Brasil é um deles.

Na realidade a idéia de uma cidade/s com uma função predominante de controle no sistema urbano/espacial e mesmo no sistema econômico nacional, vem de longe e foi desenvolvida ainda na década de 30 por Mark Jefferson, com seu conhecido artigo "The Law of Primate City"⁷⁰, publicado na "Geographical Review", a principal revista geográfica americana, na época.

Mark Jefferson atribuía a esta cidade primaz um papel até unificador, mas sobretudo ele a descrevia como um centro de enorme poder sobre o sistema nacional, embora sem lhe atribuir a ligação com outras cidades primazes no Mundo, não só porque a economia mundial estava ainda muito pouco internacionalizada, como porque os Estados Unidos viviam uma fase isolacionista severa, que afetava a visão do Mundo dos americanos em geral.

A teoria da hierarquia das cidades se desenvolveu amplamente, em uma quantidade de estudos sobre o sistema urbano, em que além do artigo de Mark Jefferson outros autores como G. K. Zipf⁷¹ desenvolveu o que ele denominou *the Rank-Size rule*, amplamente aplicada em muitos estudos nacionais de sistemas urbanos, inclusive no Brasil. Neste estudo Zipf⁷² argumenta que na medida em que a Sociedade se torna progressivamente mais desenvolvida e assim mais cosmopolita, as forças centripetas na sociedade passam a operar de forma mais acentuada, fazendo decrescer a importância do

centro (e da cidade primaz) e tendem a distribuir os tamanhos das cidades de forma mais equilibrada, descritos por uma relação empírica do tipo *log normal*, isto é, a cidade mais importante é apenas duas vezes maior que a segunda e assim por diante.

A observação empírica geral é a de que o crescimento desproporcional de uma ou duas cidades num sistema urbano de largo porte, tende a gerar mecanismos concentradores que exercem uma função contrária à difusão espacial do desenvolvimento.

Chase - Dunn ao procurar evoluir na direção de uma teoria de urbanização que contemple estes aspectos, indica que esta teoria trataria de integrar a lógica geopolítica⁷³, da formação de estados e/ou nações, com a lógica de formação de classes, mesmo ou especialmente desvinculada da concepção estruturalista/marxista.

A questão que Chase-Dunn discute é a de que a divisão do trabalho que se insere num modelo centro/periferia é, também, abrangida por um sistema multinacional e por isso contém as limitações próprias aos interesses de diferentes Estados. Enquanto o estudo se limita a um só Estado, pode-se dizer que estamos diante de uma realidade incompleta, como se desenvolvesse em um sistema fechado. Mas por outro lado, seria uma fantasia se pretender que as fronteiras e interesses políticos e econômicos nacionais não existam, Harvey discute este mesmo assunto, no contexto do processo imperialista. Na verdade, estes temas hoje se inserem no modelo da globalização de que a grande metrópole é um dos sintomas.

Dunn sugere que o desenvolvimento urbano é uma combinação peculiar de investimentos privados, no espaço construído da cidade, com decisões públicas/políticas sobre a alocação de recursos por burocracias urbanas *manageriais* e as forças do mercado; as primeiras representam o Estado, de alguma forma, e as segundas representando elas mesmas, ou em outras palavras representando o sistema econômico privado⁷⁴.

A articulação de economias nacionais com a Mundial não se faz sem perturbações; estas cidades Mundiais, na realidade, desempenham um duplo papel: elas são essenciais para tornar o Mundo seguro para o capital, apesar dos interesses nacionais onde elas estão localizadas; e ao articular estas economias nacionais ao sistema Mundial, elas podem se encontrar em competição com suas contrapartidas em outros países, de que podem e com frequência resultam em interesses conflitantes, como salienta Friedmann⁷⁵.

Assim este papel de integração em um sistema Mundial não é um papel meramente mecanicista e simples; ele envolve muitos processos inter-relacionados de mudança, a partir de mecanismos de competição, luta por domínio e poder econômico e político, que transforma o processo de mudança em um processo altamente dinâmico.

Trata-se de um processo orientado na direção da eficiência econômica (e espacial?), e no qual a equidade - que é uma concomitante dos processos espaciais - literalmente não tem vez, e por isso mesmo este sistema Mundial opera, também, na direção de crescentes desigualdades, econômicas, sociais e espaciais.

⁷⁰ op. cit., p.226-232.

⁷¹ op. cit., p.627-650.

⁷² op. cit., p.627-650.

⁷³ CHASE-DUNN, Christopher. Urbanization in the world system: new directions for research. In: SMITH, Michael Peter (Ed.). *Cities in transformation: class, capital and the state*. Beverly Hills, Ca: Sage, c 1984. 263p. (Série urban affairs annual reviews, v.26).

⁷⁴ id. *ibid.*

⁷⁵ op. cit.

Quando Gottman, ou Friedmann ou mesmo Castells e tantos outros estão ou estiveram escrevendo sobre a Cidade Mundial, estavam certamente pensando no Mundo desenvolvido, mais em Nova York do que na cidade do México ou em São Paulo. A essência desta visão repousa mais na idéia de uma economia global, como refletida na organização da economia mundial localizada em um certo número de cidades, - mais especificamente no sistema financeiro - portanto, um conceito de política econômica global, que num conceito de importância das cidades e dos serviços que ele presta à economia no quadro global. E aí parece relevante estabelecer uma distinção entre cidades mundiais e cidades mundializadas, umas que participam do processo de globalizar o mundo e as grandes cidades/metrópoles e as outras que participam do processo de serem globalizadas, o mesmo que ocorre com os países e economias nacionais.

No caso brasileiro Luiz César Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior começam a Introdução à coletânea que organizaram por dizer que *o futuro das nossas cidades vai depender dos desdobramentos da crise econômica por que passa a sociedade brasileira. A globalização e a reestruturação em curso no cenário internacional implicam mudanças nos paradigmas de gestão das cidades, passando-se a exigir eficiência, produtividade e focalização das políticas urbanas*,⁷⁶ p.11. Esta excessiva concentração urbana é responsável por índices de pobreza mais ostensivos. Sonia Rocha⁷⁷ observa que *Na verdade o fenômeno da pobreza metropolitana apresenta especificidades próprias vincula-*

das ao modo de vida nos grandes aglomerados urbanos. Assim a economia é essencialmente mais monetária, as famílias mais pobres pouco podendo se socorrer da autoprodução e nos rendimentos in natura para prover à sua subsistência, o que é agravado por vínculos sociais, especialmente familiares, mais tênues do que em áreas rurais ou em centros urbanos menores, p.123. E acrescenta logo a seguir. *Finalmente, a maior exposição dos indivíduos aos meios de comunicação, à heterogeneidade cultural e aos contrastes de riqueza, renda e poder gera inconformismo com o status quo de pobreza e desigualdade, potencialmente desestabilizador do sistema socioeconômico e político. É o que em outro estudo chamei de inconformidade comprimida, que é pacífica, mas que é inconformidade e pode tornar-se não-pacífica.*

Não se pode esquecer que a urbanização, no mundo inteiro, segue uma linha ascendente de taxas de crescimento, que são ainda mais elevadas no Terceiro Mundo. Uma estimativa das Nações Unidas para o ano 2000 sugere de que 17 das 23 maiores áreas metropolitanas do Mundo estarão localizadas no Terceiro Mundo, mas muitas delas são apenas grandes aglomerados de população, mais que grandes áreas metropolitanas, em seu sentido mais dinâmico.

Joseph Gugler⁷⁸ considera que a transição urbana constitui uma grande transformação humana, comparável à domesticação dos animais e plantas, que tornou possível a vida sedentária. E a última fase desta transição urbana está se processando no Terceiro Mundo.

Por outro lado, como salientamos antes, ao nível de uma Geopolítica global, assistimos de um lado a este intenso e extenso processo de urbanização no Terceiro Mundo, com aquela concentração populacional que mencionamos linhas antes, mas sem as características do urbano; sem os serviços básicos para esta mesma população, água, esgoto, coleta de lixo, e sem as comodidades que distinguem a população afluenta das grandes cidades do primeiro Mundo.

As transformações tecnológicas do processo produtivo, a descentralização tanto no processo manufatureiro como no processo administrativo, em parte tornados possível pelas transformações no processo produtivo, ao mesmo tempo que a transnacionalização da economia em geral, todos contribuíram para a formação e consolidação de uma espécie de centro econômico, de onde o mundo é administrado e ao qual este centro presta serviços. Estes centros podem ser globais ou regionais conforme sua área e tipo de atuação. Os serviços que eles prestam - produtores e exportadores de serviços sofisticados, incluindo financeiros, administração e controle - são eles mesmos responsáveis pela função de controle e gerenciamento. De outro lado, observa-se o declínio de antigos centros manufatureiros, inclusive alguns dos que foram considerados básicos para a economia e para o setor de exportação destas economias, declínio observado inclusive nestes mesmos novos centros de serviços. Em outras palavras estes centros, e de certa forma as economias nacionais dos países em que eles se localizam tendem a cada vez mais serem produtores e exportadores de serviços - o chamado setor quaternário e a chamada

⁷⁶ op. cit., p. 11.

⁷⁷ ROCHA, Sonia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 426p., p. 121-146.

⁷⁸ GUGLER, Joseph. (Ed.). *The urbanization of the Third World*. Londres: Oxford University Press, 1988. 421p.

thoughtware economy, em que os dois produtos fundamentais são: dinheiro e inteligência, no sentido de pesquisa e controle. Note-se que atualmente este setor é o que tem maiores taxas de crescimento, tanto em termos de participação no PIB, como em emprego e exportações.

A fronteira tecnológica já não é constituída de manufaturas de alta tecnologia, mas serviços e orientação e consultoria e os de controle como capital e financiamentos. Estes serviços não dependem da proximidade do cliente, pois não se trata de serviços pessoais e com frequência são institucionais. É aí que entra a grande cidade, a cidade mundial/global.

No Brasil este processo de emergência de cidades, metrópoles e regiões metropolitanas, postos avançados deste sistema transnacional, se localiza nas duas grandes regiões metropolitanas nacionais; mas já apresenta ramificações, possivelmente, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, onde muitas empresas multinacionais já se localizam, ou nelas estabelecem filiais ou escritórios.

Este é basicamente o resultado de um processo de difusão de inovações, tanto do tipo que Brian Berry chamou de empresarial, como do tipo domiciliar.

No caso brasileiro estas cidades globais são, obviamente, São Paulo e numa certa medida o Rio de Janeiro.

É curioso observar o que se vem passando nestas duas grandes metrópoles brasileiras. São Paulo na década de 40 e mesmo na de 50 era o centro industrial, e o Rio de Janeiro era o centro administrativo - era a capital do País -, e ao mesmo tempo o centro cultural, político e financeiro. O fato de que aqui estavam o Banco Central, o Banco do Brasil e algumas

sedes de grandes companhias estatais, do tipo Petrobras, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, etc., fazia do Rio um grande centro financeiro e mesmo de negócios. Hoje o centro de negócios é São Paulo.

É importante assinalar que este intenso processo de internacionalização trouxe uma importante função nova aos países, que hoje se classificam, como o Brasil, entre os recentemente industrializados; eles se constituíram em elementos-chave numa nova divisão internacional do trabalho, em que muitas atividades produtivas aí se concentraram, beneficiando-se de vantagens locais importantes - além de mão-de-obra abundante e barata -, mas apoiadas num sistema financeiro e organizacional transnacional, que assegura às empresas matrizes controle sobre a produção, a comercialização - inclusive com virtuais vetos a certas exportações - e a distribuição do lucro.

Se de um lado a internacionalização trouxe numerosas vantagens, também criou dependências, que muitas vezes são extremamente difíceis de romper, como se observa na própria questão da dívida externa, ou como no caso do Brasil, da questão da política de reserva de mercados, transferências tecnológicas, etc.

De um lado, os interesses de grandes corporações transnacionais, que se dispõem a usar de todos os meios - inclusive pressões junto a seus Governos para obtenção de respaldo político - e de outro lado, interesses de empresas nacionais, que procuram o mesmo apoio político para assegurar a sua existência, e que constituem o lado mais fraco.

É importante assinalar uma diferença fundamental, na década de

50 e mesmo na de 60, quando diversos processos de substituição de importações foram se desenvolvendo e a natureza do processo ainda era relativamente simples, pois eram investimentos no processo produtivo. Naquela época, instituía-se um sistema de investimentos estrangeiros numa fase industrial em que a questão de transferência de tecnologia não era dramática, nem implicava em questões que tinham repercussão de política internacional, ideológica e até mesmo de segurança. Hoje as questões de transferência de tecnologia estão ligadas à energia atômica, à química fina, à informática, etc., que são elementos fundamentais nos esquemas de segurança e de domínio de uma gama de atividades que se interligam de forma ampla aos processos de informação científico-militar, numa verdadeira estratégia geopolítica de controle do Poder, a nível mundial.

Este sistema Mundial afetou as grandes cidades, tanto dos países hegemônicos como dos dependentes, sob a forma da difusão de atividades manufatureiras, de serviços ligados à existência das grandes corporações internacionais, firmas contratantes, de contabilidade, advocacia, propaganda, etc., inclusive os grandes bancos multinacionais, como assinala Cohen Citibank, Chase Manhattan entre outros⁷⁹.

Mas como pode vir a ser este sistema mundial? Um Mundo só? Polarizado? Esta é a questão mais importante que se coloca para os interesses de uma Sociedade Global polarizada, ou para um Mundo só despolarizado, mas unido. Este o desafio do começo do próximo milênio.

⁷⁹ COHEN, R. B. The new international division of labor, multinational corporations and urban hierarchy. In: DEAR, Michel, SCOTT, Allen (Ed.). *Urbanization & urban planning in capitalist society*. London: Methuen, 1981.

Resumo

Este artigo trata do problema da *globalização* e das *distintividades* nacionais/regionais que afetam o processo de *globalização*; trata-se de um processo simultâneo de ação e reação, nas relações entre países, que é de natureza econômico- política e cultural; neste processo se inserem ainda as questões de Poder, (Capítulo 3), pois desenvolvimento e capacidade de barganha são um exercício de Poder e soberania é seu conceito principal.

A dificuldade em descrever o processo de forma adequada advém do fato de que nele se misturam e se combinam ações e reações a nível de governos e de empresas nacionais e multinacionais, que nem sempre são muito coerentes, as nacionais com as multinacionais de seu país de origem; ao contrário são às vezes conflitantes.

Por isso, o autor destaca uma diferença fundamental: a *globalização* contém uma componente investimento de capital de risco, no processo produtivo, que pelo menos numa certa medida enriquece o país ou economia globalizada; outra componente é simplesmente financeira e especulativa, e não se localiza em nenhum lugar, nem tem um dono específico e não beneficia ninguém a não ser o próprio capital financeiro internacional.

O que isto quer dizer é que a idéia estado-nação gira, obviamente, muito ao redor do nacional que é o que percebemos como realidade objetiva e que abrange um território, onde se exerce esta soberania; e gira tanto mais quando se considera que este estado-nação é a própria base da organização da Sociedade mundial; já a idéia de uma Sociedade global transcende este nacional, daí seu caráter revolucionário.

Mas nem tudo é *globalização* e muitas culturas, países ou blocos de países resistem às tendências a esta *globalização*. É a distintividade de cada uma delas, de suas tradições culturais e por igual de seus interesses nacionais. Esta distintividade e estes interesses nacionais não são uma particularidade das economias e países que estão sendo globalizados, pois os chamados "sete grandes" também disputam não só fatias das economias que estão sendo globalizadas, mas também procuram preservar seus interesses nacionais na disputa global.

As *distintividades* são, desta forma, mais uma reação ao processo sociocultural e político, ao querer preservar as características culturais e seus sistemas de preferências, que geram conseqüências nas relações econômicas.

Estas *distintividades* são uma reação nacional, dos países que tendem a ser globalizados, que querem preservar interesses nacionais (ou mesmo regionais) e padrões culturais e se sentem ameaçados, às vezes, em sua própria soberania, quando se lhes exige aberturas econômicas para exploração de recursos de seus territórios, ou controles de suas políticas econômicas (inclusive de suas contas de exportação como foi o caso recente do México, que teve seus recursos de exportação petrolífera depositados em um Banco dos Estados Unidos); com as limitações apenas das necessidades globais e com freqüência, no caso de recursos naturais, sem as necessárias condições de preservação ambiental. A reação é formalmente econômica, mas o fundo dela tem natureza cultural-social e política.

Abstract

This paper deals with the two-sided problem of *globalization* and national *distinctivities*, a problem on international exchange, commerce and production and consumption, that is oriented, somehow to a global economy and global world. Basically it is a question of inter firm trade in a world scale and transactions in general, but national regulations of all kinds interfere to protect their own interests.

Globalization is a world wide phenomena and it is the general trend; but it has many sides, including the one on financial gaming that has no frontiers, no moral concerns, with a only preoccupation: profits for the sake of profits, no matter what damages may cause to any one country in particular. But it also has a productive side, even though for the general interest of big multinacionais and their world wide ramifications. One question is to know whether globalization produces the so called fragmentation and if this occurs at the scale of nation-states, or in national scale what we have is a distinctive character that, it is argued, faces the globalization process. Fragmentation would be the result of the impact of globalization in the national surface, creating different regionalizations within each nation-state.

On the other side *distinctivities* may be creating artificial barriers to commerce and trade in general, at the cost of less efficiency, low costs and in consequence more accessibility to goods and services to more and more people; but taking into account national interests.

It is like what Barbara Ward said at one time wrote "Mankind has still found no organized system for reconciling the driving demands and ambitions of national statehood with the wider unities of a shared planet".